



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

PATRÍCIA LIMA FREIRE

EDUCAÇÃO, CORPO E SEXUALIDADE DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE
RUA DO CENTRO DE FORTALEZA- CEARÁ

FORTALEZA

2021

PATRÍCIA LIMA FREIRE

EDUCAÇÃO, CORPO E SEXUALIDADE DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA
DO CENTRO DE FORTALEZA-CEARÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Educação. Área de concentração: Educação Brasileira.

Orientador: Prof. Dr. José Gerardo Vasconcelos

FORTALEZA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

F934e Freire, Patrícia Lima.
Educação, corpo e sexualidade das mulheres em situação de rua do centro de Fortaleza-Ceará / Patrícia Lima Freire. – 2021.
89 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2021.
Orientação: Prof. Dr. José Gerardo Vasconcelos.

1. Mulheres em situação de rua. 2. Generificação. 3. Opressão de gênero. 4. Saber local. I. Título.

CDD 370

PATRÍCIA LIMA FREIRE

EDUCAÇÃO, CORPO E SEXUALIDADE DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA
DO CENTRO DE FORTALEZA-CEARÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Educação. Área de concentração: Educação Brasileira.

Aprovada em: 29/10/2021

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Gerardo Vasconcelos (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Luminita-Anda Mandache
Pima Community College (PCC)

Prof. Dr. Antonio Roberto Xavier
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

A todas as mulheres invisibilizadas,
mas que visivelmente existem e resistem
nas ruas e nas favelas das grandes cidades.

AGRADECIMENTOS

Gratidão a todas as forças superiores que me guiam e me protegem; sabedoria e proteção nas ruas e nas favelas é tudo! Nascer na periferia e sonhar em ser professora é algo comum entre as crianças, visto que é o nosso primeiro grande exemplo de mulher que trabalha fora dos ambientes domésticos; ela transborda conhecimento e está sempre bonita e perfumada, isso nos encanta. Todavia tornar esse sonho realidade está ao alcance de poucas crianças, não porque perdemos nossos sonhos, mas porque eles nos são roubados antes mesmo de concluirmos o ensino médio. Algumas garotas, assim como eu, engravidam na adolescência e nossos sonhos deixam de ser prioridades diante da real situação em que sobrevivemos. Por isso, toda minha gratidão ao meu pai (*in memoriam*), por alimentar meus sonhos enquanto me carregava nos braços a caminho da escola e por nunca me deixar parar de sonhar, fazendo-me continuar a busca pelo conhecimento mesmo em meio às dificuldades de mãe solteira e trabalhadora. Nada disso seria possível se ele não tivesse cuidado do meu filho enquanto eu frequentava as aulas do cursinho comunitário e cotidianamente me preenchido de confiança, reforçando a importância dos estudos e que ocupar uma vaga numa universidade pública era possível. Hoje, em respeito aos que sonham nas periferias, gratidão a todos que me apoiaram na minha comunidade; repasso e multiplico meus saberes e aprendizagens entre as juventudes, as crianças e as mulheres, fortalecendo-as contra as injustiças que nos desviam dos nossos sonhos, avante!

A todas as pessoas que me cercam de afetos e coragem no cotidiano da favela, em especial as crianças e as mulheres da Piçarreira e da Favelinha, duas áreas precarizadas e esquecidas pelo poder público na comunidade onde moro e realizo ações sociais de combate à fome e à Covid 19.

A todos, todes e todas em situação de rua que colaboraram com essa pesquisa, por confiarem na minha pessoa, pela acolhida afetuosa e por sentarem ao meu lado e abrirem o coração para compartilhar a sua história de vida.

Ao meu filho, por encher meu peito de saudade quando está em Russas-CE e acalmá-lo com um único abraço de chegada.

À minha família e parentes, pelo amparo necessário. Em especial à minha Avó Maria, que afronta esse governo vivendo plenamente os seus 94 anos.

A todos, todas e todes amigos, em especial à trupe, Emanuela Matias, Valmira Gualberto, Iziane Silvestre e Josivan Alves, que durante o período da escrita asseguraram meu viver com risos escandalosos.

Ao meu eterno mestre, Padre Chico Moser (*in memoriam*), por me levar nas fontes de conhecimentos cristalinos e me dar de beber.

Ao corajoso Padre Júlio Lancelotti, por lutar incansavelmente, armado de amor e marreta pelos Direitos dos mais vulneráveis e no combate à fome. Ser humano com alma que muito em breve pretendo conhecer e conviver bem de perto.

Ao Padre Lino Allegri, grande amigo de longas caminhadas, que foi integrado ao programa de proteção a defensores de Direitos Humanos após denunciar e responsabilizar o presidente Jair Bolsonaro na tragédia que já vitimou mais de 600 mil brasileiros pela Covid-19.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Gerardo Vasconcelos, que ao longo da minha vida acadêmica tem me encorajado e orientado com paciência, humildade, sabedoria e afeto. Gratidão, por compartilhar comigo tantos conhecimentos e aproximar dois mundos tão distintos, o acadêmico e o empírico.

À admirável Professora Dr^a. Fátima Vasconcelos, por me apresentar várias autoras dos movimentos negros e feministas durante a minha vida acadêmica e por aceitar fazer parte da minha banca de qualificação.

A todos, todas e todes professores e professoras, que ao longo da minha trajetória escolar e acadêmica me inspiraram, em especial: “Tia” Valdelita, “Tia Raimundinha”, “Tia Valéria”, “Tia Aldenora”, Prof^a Dr^a Silvia Helena Cruz, Prof^a Dr^a Kelma Matos, Prof^a Dr^a Fatima Nobre, Prof^a Lyndir Saldanha e os demais profissionais, que fazem parte do corpo escolar e acadêmico.

À queridíssima Professora Dr^a. Luminita-Anda Mandache, pela coragem de conhecer a dura realidade da minha comunidade quando esteve no Brasil, realizando sua pesquisa de doutorado, por ter mantido a amizade mesmo ficando a milhas e milhas de distância e por aceitar fazer parte da minha banca de defesa.

Ao estimado Prof. Dr. Antônio Roberto Xavier, pelos longos anos de ensinamentos na Linha de Pesquisa História e Memória da Educação e por gentilmente aceitar participar da minha banca de defesa.

Às minhas companheiras da Associação das Mulheres em Movimento, do Fórum Cearense de Mulheres e dos movimentos sociais e das ONG’S do Conjunto Palmeiras.

E a todas as mulheres que sucumbiram de forma brutal. Em especial a minha amiga de classe Évila Cristina de Sá Vasconcelos (*in memoriam*), que estava prestes a defender sua tese de doutoramento e recentemente foi assassinada na calçada de sua casa; a motivação e a autoria do crime continuam ignoradas, não sendo diferente de outros milhares de casos de violências que vitimizam nossas mulheres e não são solucionados nesse país.

À CAPES, pelo financiamento da minha pesquisa.

RESUMO

Esta pesquisa surgiu com a descoberta da problemática que circunda as mulheres em situação de rua. Seus corpos atraem bem mais que olhares, implicando práticas reguladoras da própria sexualidade no submundo em que sobrevivem. Por conseguinte, o presente estudo teve como objetivo compreender como a generificação impacta a vivência das mulheres em situação de rua, com o propósito de descobrir as estratégias de sobrevivência e os saberes locais relevantes para a educação informal. Para desenvolver este estudo, utilizaram-se dois traços metodológicos: o primeiro, de cunho etnográfico, tendo em vista que a pesquisa ocorreu na perspectiva do saber local; o segundo, através da tríade constituída por narrativas, memórias e história oral da população em situação de rua que colabora, no entanto, para a compreensão e para a descoberta de tais saberes e estratégias que ajudam as mulheres em situação de rua a lidarem com as práticas reguladoras e disciplinares que violentam seus corpos e imoralizam sua sexualidade, dissociando-a da maioria das áreas vitais de suas vidas. Sendo assim, buscou-se, com este trabalho, destacar as vidas expostas através das narrativas como fonte para a elaboração de conhecimentos e, assim, adquirir saberes com as experiências do outro. Desse modo, espera-se que esse trabalho auxilie em novas construções, nas mais diversas áreas de pesquisas, sobretudo no campo da Educação, por atuar e por desenvolver importantes trabalhos nos ambientes não escolares, partindo de tais concepções, vários pontos ou lugares aqui abordados. Potencializando as mulheres em situação de rua e formalizando as suas problemáticas ainda tão invisibilizadas e, quem sabe, possibilitando a equidade de gênero.

Palavras-chave: mulheres em situação de rua; generificação; opressão de gênero; saber local.

ABSTRACT

This research comes with the discovery of the problem that surrounds homeless women. Their bodies attract much more than looks, implying practices that regulate their own sexuality in the underworld in which they survive. Therefore, this study aims to understand how gender affects the experience of homeless women, with the purpose of discovering survival strategies and local knowledge relevant to informal education. To develop this study I have two methodological traits: The first of an ethnographic nature, considering that the research takes place from the perspective of local knowledge, and the second, through the triad consisting of narratives, memories and oral history of the homeless population which contributes, however, to the understanding and discovery of such knowledge and strategies that help homeless women deal with the regulatory and disciplinary practices that violate their bodies and immoralize sexuality, dissociating it from most vital areas of their lives. Thus, with this work, I seek to highlight the lives exposed through the narratives as a source for the development of knowledge and thus acquire knowledge from the experiences of the other. In this way, I hope that this work will help new constructions in the most diverse areas of research and especially in the field of Education, for acting and developing important works in non-school environments, based on such conceptions, several points or places discussed here. Empowering homeless women and formalizing their problems that are still so invisible and who knows, enabling gender equality.

Keywords: homeless women; generification; gender oppression; know location.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Pessoas em situação de rua, na Praça do Ferreira – Fortaleza/CE.....	22
Figura 2	– Distribuição de sopa na Praça do Ferreira – Fortaleza/CE.	23
Figura 3	– Barraco de papelão na porta de uma loja abandonada no centro de Fortaleza- Ceará	24
Figura 4	– Pessoas em situação de rua no Centro de Fortaleza.....	25
Figura 5	– Cozinha montada na praça da Gentilândia (Fortaleza/Ceará).....	32
Figura 6	– Sala de estar e altar de orações na praça da Gentilândia (Fortaleza/Ceará)	34
Figura 7	– Banheiro improvisado com tábuas e panos velhos ao lado da quadra de esportes da praça da Gentilândia (Fortaleza/CE).....	35
Figura 8	– Cozinha improvisada pelos habitantes da casa na rua	37
Figura 9	– Móvel da cozinha improvisada da casa na rua.....	38
Figura 10	– Adolescente fazendo malabarismo no sinal de trânsito para driblar a pobreza.....	39
Figura 11	– Equipamento constituído de pia e reservatório de águas (limpa e suja).....	41
Figura 12	– Quintal da casa na rua	42
Figura 13	– Dormitório improvisado dentro da quadra de esportes	45
Figura 14	– Fogão à lenha	47
Figura 15	– Sr. Jorge preparando o café.....	47
Figura 16	– Bancada e utensílios improvisados para o preparo do café	48
Figura 17	– Parede com frases simbólicas.....	49
Figura 18	– Kitnet alugado por Judith, composto com seus primeiros objetos.....	51
Figura 19	– Kitnet de Judith mobiliado com objetos de doações e outros comprados com o dinheiro dos “corre”	52
Figura 20	– Judith organizando no armário os alimentos da cesta básica que levamos para ela.	53
Figura 21	– Mulheres em situação de rua na praça do Ferreira.....	56
Figura 22	– Atividade de manicure com o grupo de mulheres CIS e mulheres TRANS no CC	61
Figura 23	– Mulher em situação de rua no dia da inauguração do novo espaço do CC e Pousada Social.....	62

Figura 24 – Judith, após recolher as roupas do varal.....	63
Figura 25 – Vítima de homicídio, condenado pela justiça popular na praça do Ferreira	64
Figura 26 – Mulher em situação de rualização acordando numa calçada.	66
Figura 27 – Mulher em situação de rua se maquiando no CC para ir encontrar o namorado.	67
Figura 28 – Mulher em situação de rualização após passar a noite fazendo uso de crack	68
Figura 29 – Mulher em situação de rua debilitada devido ao uso abusivo de drogas ...	69
Figura 30 – Mulher em situação de rua inaugurando as camas do quarto feminino na Pousada Social	72
Figura 31 – Casal dormindo ao lado de uma banca de revistas.....	74
Figura 32 – Mulher e criança em situação de rua, dormindo “por um fio” em meio à praça do Ferreira	77
Figura 33 – Mulher em situação de rua dormindo na praça do Ferreira	79

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CC	Centro de Convivência para pessoas em situação de rua e Pousada Social Cirlandio Rodrigues de Oliveira
CENTRO POP	Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
CETREDE	Centro de Treinamento e Desenvolvimento da Universidade Federal do Ceará
CF	Constituição Federal
CIS	Cisgênero
CNCP	Centro de Nutrição do Conjunto Palmeiras
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MNPR	Movimento Nacional da população de rua
OMS	Organização mundial de Saúde
PT	Partido dos trabalhadores
RG	Registro Geral
SDHDS	Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social
STDS	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TRANS	Transexual

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	CONTEXTUALIZANDO A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DA PRAÇA DO FERREIRA NA CIDADE DE FORTALEZA-CEARÁ	20
2.1	Trajetória das mulheres em situação de rua: as mulheres não brotaram nas ruas, quem são e de onde vieram?	26
2.2	O espaço das ruas manipulado como parte da casa	30
2.2.1	<i>A reconstrução da casa durante a pandemia</i>	35
3	CORPO A CORPO COM AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA.....	55
3.1	A banalização do corpo feminino em situação de rua	55
3.2	Corpo imagem, a desmistificação da masculinização do corpo das mulheres em situação de rua	60
4	A SEXUALIDADE DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA	70
4.1	O banimento da sexualidade das mulheres em situação de rua	70
4.2	A exposição do corpo da mulher e das manifestações da sexualidade.....	78
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
	REFERÊNCIAS.....	86
	GLOSSÁRIO.....	89

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo compreender como a generificação impacta na vivência das mulheres em situação de rua, através das narrativas das entrevistadas que revelam os passos da ciranda de violências que giram seus corpos e suas sexualidades em torno da opressão de gênero. O corpo e a sexualidade das mulheres implicam diversas vulnerabilidades; a pele e a carne as expõem ao olhar dos outros, mas também ao toque e à violência, e os corpos também ameaçam transformá-las na agência e no instrumento de tudo isso (BUTLER, 2019). Para isso, abordo as mulheres por ser um público específico e, quase sempre, invisibilizado, mas que existe e resiste em meio a um grupo populacional predominantemente constituído por homens e que sobrevivem nas ruas do Centro de Fortaleza-Ceará.

No entanto, as mulheres não são o meu objeto de pesquisa, mas sujeitos de fala, porque suas falas, há muito tempo, não são ouvidas com atenção; desse modo, abro um espaço exclusivo neste trabalho para oportunizá-las, pois sei que se ouvirmos as mulheres, de forma atenciosa, elas têm coisas extraordinárias para contar, principalmente se considerarmos as suas singularidades sociais.

Um desafio contemporâneo para os pesquisadores desta população é andar na contramão das pesquisas anteriores, quando atentavam-se apenas para as dimensões socioeconômicas e sociológicas da população em situação de rua. Segundo Frangela (2016), nas últimas décadas, um grupo de pesquisadores, no qual eu me incluo, direcionou suas pesquisas para: as vivências das ruas, as estratégias de sobrevivência, as práticas, os modos de se organizarem e as singularidades dos sujeitos.

Os ditos andarilhos, nômades urbanos, “*homeless*”, egressos do sistema prisional e dos hospitais mentais, moradores de rua, vagabundos, “nóias”, alcoólatras, sem casa, mendigos, ladrões, drogados, mazelados e marginais, fermentam o contingente da população em situação de rua, que na sua grande maioria é formada por homens; apenas uma pequena parcela são mulheres ou homossexuais. E a praça do Ferreira, do Centro de Fortaleza, é um dos pontos de referência para esse grupo populacional, que abriga cerca de 258 pessoas em situação de rua, segundo dados informados pelo Centro POP.

O meu interesse pelas problemáticas que circundam o público pesquisado nasceu bem antes da minha experiência no Centro de Convivência¹ para pessoas em situação de rua. Aos 18 anos de idade, conheci o Padre Chico Moser, sacerdote da igreja do bairro Conjunto Palmeiras, onde nasci. Missionário atuante nas causas sociais, logo me engajou na Pastoral do Menor, e foi quando conheci a realidade dos jovens e das crianças em situação de rua.

Diante da grave situação de abandono das juventudes e das crianças das periferias, que migravam para as ruas do Centro em busca de sobrevivência e acabavam por ficar por lá, montamos um projeto no Conjunto Palmeiras para acolher crianças e adolescentes em situação de pobreza extrema e vulnerabilidades sociais, no intuito de evitar que eles fossem parar nas ruas.

Foi quase uma década de trabalho, entre os anos de 1997 e 2004, quando Chico Moser recebeu e aceitou o convite para uma nova missão, desta vez seria no Timor Leste. Nossos caminhos tomaram direções opostas, mas a linha que sempre manteve conexão era a mesma. Uma linha tão perigosa quanto as com cerol, costumeiramente utilizadas pelas crianças das favelas para brincar de cortar a arraia dos colegas, uma vez que nossa linha defende a vida e os direitos dos mais pobres, uma afronta para esse sistema que debilita a vida humana a ponto de torná-la desprezível.

Com a partida do Mestre e amigo Padre Chico Moser, chegava na comunidade uma nova congregação que se encarregou de realizar um desmonte de tudo o que já havia sido construído até então, chegando ao fim a rádio comunitária, o grupo de mulheres costureiras, o grupo de capoeira, os canteiros de farmácia viva, a sala de massoterapia, a estimada palhoça e o Projeto Vida Jovem, agora!

Aqueles anos de ricas experiências, como educadora social, direcionaram o meu caminho para novos trabalhos na comunidade. Passei a trabalhar como educadora social no Centro de Nutrição do Conjunto Palmeiras (CNCP) e anos depois no Centro de Referência da Assistência Social do Palmeiras, do Dendê e do João Paulo II, até chegar no Centro de Convivência para Pessoas em Situação de Rua e Pousada Social Cirlândio Rodrigues de Oliveira (CC), anteriormente localizado na Rua Sólon Pinheiro, no bairro José Bonifácio; agora, o equipamento encontra-se na rua Dom Manoel, nº 720, no Centro de Fortaleza.

As relevantes experiências no CC foram cruciais para definir meu objeto de pesquisa nos trabalhos acadêmicos, dentre eles, o trabalho de conclusão de curso (TCC), que

¹ Centro de Convivência para Pessoas em Situação de Rua e Pousada Social: equipamento público, mantido pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, por meio da Secretaria de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, com capacidade para atender 80 usuários diariamente no espaço de convivência e no período noturno.

teve como objetivo narrar e registrar os múltiplos saberes e as estratégias de sobrevivência de uma educadora infame, que sobrevivia entre o cárcere e as ruas. Durante minhas entrevistas com as mulheres em situação de rua, ouvi intrigantes histórias de vida, do submundo das ruas, e experiências que estavam diretamente ligadas às violências do corpo feminino e feminilizado e à sexualidade das mesmas, despertando minhas inquietações para uma nova pesquisa.

Sempre que terminavam as entrevistas, eu saía sem saber se as narrativas das colaboradoras eram desabafos, denúncias ou um pedido de socorro. Para uma mulher com a minha trajetória de vida, nascida e criada na periferia, testemunhando e vivenciando conflituosas realidades, pode parecer fácil aos olhos do leitor a necessária neutralidade. Mas confesso minhas fragilidades pessoais, visto que nunca saí dos ambientes das ruas sem levar cortes na alma e dores impressas no diário de campo.

Nos anos de 2014 a 2016, quando fui educadora no CC, recebi a incumbência de retomar o grupo de mulheres que estava há bastante tempo inativo e tinha como objetivo o fortalecimento de vínculos, educação sexual, cuidados de higiene e auto-estima. Aceitei na hora, na linguagem da Pop Rua “fechou!”. Mas, fui muito além, abordei assuntos específicos para as mulheres, como violência contra a mulher, feminismo, feminicídio, Lei Maria da Penha, gênero e sexualidade, cuidados e higiene pessoal, autoestima e o principal: a organização das mulheres em busca dos seus direitos, dentro e fora das instituições, tornando-me uma ameaça para a Secretaria de Assistência Social e levando-me a ser demitida do cargo.

Porém, os inúmeros relatos de violências sofridas nos lares e nas ruas, geralmente cometidas pelos familiares, pelos companheiros, pela polícia, pelos funcionários das instituições e pelo Estado, que ouvi das mulheres, isso seguiu comigo; alguns anotados num caderninho velho, outros bem vivos na memória e, mais tarde, tornariam-se um ponto de partida para os estudos acadêmicos. Então, passei a ter um olhar vigilante para as mulheres e a perceber que grande parte das violências sofridas nas ruas estavam ligadas diretamente ao comportamento do corpo e à sexualidade delas, não sendo tão diferente nos locais privados.

Com traços de sutileza, algumas violências são cometidas dentro dos espaços privados e caracterizadas pelos educadores e demais profissionais das instituições como “práticas disciplinares”. Porém, com o passar do tempo, elas percebem o verdadeiro propósito do poder punitivo: regular o corpo e a sexualidade das mulheres, inserindo-as numa ciranda de delinquências e castigos, expondo suas vidas às brutalidades das ruas.

Para desenvolver este estudo, contei com dois traços metodológicos: o primeiro de cunho etnográfico, tendo em vista que a pesquisa ocorreu através da luz do saber local e do contato com a população em situação de rua. Dito isto, segundo Geertz (2014), a etnografia proporciona não só as bases que dão origem à série de reflexões, como também ao próprio objeto que lhe dá orientação. E o segundo, pela tríade formada por: abordagem de narrativas, memórias e história oral, pois conforme Vasconcelos e Magalhães Júnior (2001, p. 28), a memória exalta e destaca elementos-chave que se expressam na oralidade. Assim, marcam os pontos que se fixam em volumes de lembranças prontas a emergir dos escaninhos mais profundos de sua alma.

A abordagem etnográfica conecta observação, escuta e escrita. Nesse caso, além de analisar o ambiente pesquisado e fazer registros no diário de campo, também é importante ouvir os indivíduos que circundam o *lócus* da pesquisa, sendo assim, a fala: o discurso e a oralidade das mulheres em situação de rua correspondem ao alicerce de elaboração deste estudo.

Isto é, o processo discursivo assume um fator relevante no desenvolvimento desta pesquisa e, por isso, busco compreender a narrativa das mulheres entrevistadas sem me preocupar com a verdade, pois esta não é o centro da investigação. Conforme Vasconcelos e Magalhães Júnior (2001), os elementos subjetivos e certas deformações produzidas pelo esquecimento devem ser incorporados teórica e metodologicamente à pesquisa, não como um problema, mas, principalmente, como possibilidade de deslocamentos e incorporação de sempre novos sentidos.

A opção por proceder com as narrativas parte do interesse de que, a partir das histórias de vida das mulheres em situação de rua, podemos compreender sua existência através do tempo, já que, para a etnografia, a pessoa é considerada como espelho do seu tempo, de seu ambiente (PEREIRA, 2000).

Já Minayo (1997, p. 58), complementa referindo-se à história de vida como sendo: “estratégia de compreensão da realidade, sua principal função é retratar as experiências vivenciadas”, totalmente relevantes para essa pesquisa, considerando que as produções discursivas possibilitam inferir certas indagações, tais como: por que o corpo das mulheres em situação de rua é ainda mais objetificado e desprezado? Por que as violências que permeiam a vida das mulheres são ainda mais intensas se estiverem ligadas ao corpo e à sexualidade? Por que as mulheres em situação de rua não podem sentir desejos? Os homens, mesmo em situação de precariedades e vulnerabilidades, são machistas e considerados os donos do poder?

Foi através desse agrupamento metodológico que encaminhei esta pesquisa. Nas minhas idas às praças e às ruas, registrei várias cenas com uma câmera fotográfica e gravei várias horas de entrevistas, utilizando um gravador portátil. Os áudios foram transcritos no decorrer da pesquisa, respeitando e considerando as especificidades das falas das mulheres, desde o uso dos dialetos, como as palavras ofensivas e de baixo calão. Também utilizei um diário de campo, dividido em duas partes: a primeira foi escrita durante o período de trabalho como educadora do CC e Pousada Social e a segunda durante as visitas recentes nas ruas e nas praças.

Participaram deste estudo 6 mulheres, dentre elas duas mulheres trans. Todas maiores de 21 anos e que estão em situação de rua há mais de 5 anos. A amostra foi por concordância das mulheres que se propuseram a colaborar com a pesquisa de livre e espontânea vontade e que serão apresentadas no decorrer do texto.

Não utilizamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento porque as mulheres não possuíam documentação e essas formalidades acabam criando uma certa desconfiança, uma vez que elas temem serem identificadas e, por isso, recusam-se a assinar papéis. Suas faces foram desfocadas nas fotografias e seus nomes são fictícios, no intuito de proteger suas identidades. E como forma de afeto e agradecimento, escolhi nomes de autoras feministas, antiracistas e antisexistas para representá-las, sendo elas: Valentina, Judith, Simone, Bell Angela e Márcia.

O número de mulheres entrevistadas foi bem reduzido devido ao momento obscuro de pandemia de coronavírus (COVID-19) que todo o mundo vem enfrentando e que já vitimizou mais de 600 mil pessoas no país. Boa parte das fotografias, das descrições dos ambientes institucionais e das atividades realizadas no CC e na Pousada Social foram retiradas dos arquivos pessoais e do diário de campo escrito durante o meu período como educadora nos locais supracitados.

Todos esses materiais que acumulei durante anos foram a salvação dessa pesquisa, já que as limitações devido às regras estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) impediram minhas visitas de campo e o contato com a população em situação de rua. Durante meses, ficamos exortivamente proibidos de sair de nossas casas porque toda cidade estava passando por um *lockdown*.

Meses depois, quando o comércio voltou a funcionar de forma gradativa, recomeçou a circulação de pessoas pela cidade, mas, para tal feito, foram exigidos alguns protocolos de segurança e prevenção à COVID-19, dentre eles estava o distanciamento social para evitar contatos físicos, como abraço e aperto de mão; e quando havia a necessidade de

aproximação era preciso manter a distância de dois metros. Tal como o uso obrigatório de máscaras e álcool em gel, para higienização das mãos, e a proibição do compartilhamento de objetos.

Foram inúmeros impecílios que dificultaram a coleta de novos dados para a conclusão da pesquisa. Porém, resalto todo o meu esforço e do meu orientador para concluí-la, com respeito aos protocolos de saúde e ao cuidado com a população entrevistada, sem colocar as vidas em perigo.

Ainda assim, sentimos que a pesquisa foi extremamente prejudicada porque não havia muito clima para tratar de assuntos delicados como corpo, sexualidade e violências durante esse período em que as pessoas em situação de rua lutavam para sobreviver a um vírus mortal e ao descaso do presidente, Jair Messias Bolsonaro, com a população brasileira, e que está sendo acusado pelo relatório da CPI da COVID por nove crimes durante a pandemia.

Sabemos que a população que se encontra nas ruas é a mais vulnerável, devido às questões de extrema pobreza e ao abandono social. A falta de água para a higienização durante a pandemia é um fator crucial e determinante, tal como a precariedade de alimentos e a falta de produtos de higiene pessoal que ajudam a prevenir a população em situação de rua da COVID-19. Todas essas questões de alta complexidade foram suficientes para o afastamento das visitas de campo em respeito às vidas envolvidas.

Contudo, retrato o espaço da rua como um espaço construtor de saberes locais, procurando pensar em novos modos de conhecimentos e aprendizagens que fogem das formalidades embutidas nos discursos pedagógicos e academicistas, indo bem mais além e não apenas retratando como vivem essas mulheres que tiveram seus laços familiares rompidos, que se desgraçaram e se perderam na vida, que vivem ao léu, sem eira nem beira, que trafegam entre as drogas e a delinquência, que “puxaram cadeia”, que são egressas dos manicômios e que despojam dos pecados da carne, com seus corpos desprezíveis. Essas são algumas expressões comumente utilizadas na linguagem popular, fugindo da linguagem culta para se referirem às mulheres em situação de rua de forma depreciativa.

Para isso, proponho, como resultado, compreender como as mulheres em situação de rua são capazes de lidar com as dores do abandono, as mazelas da pobreza extrema e com todas as violências que circundam seus corpos e sua sexualidade, excluindo a mulher-desejo do processo histórico. Sobretudo, como reconstroem cotidianamente novas estratégias de resistência só para garantir o próprio existir.

Sendo assim, anseio para que no futuro possamos descobrir possibilidades de contenção do sexismo, colaborando para a equidade de gênero, e nos libertar desses cárceres construídos pela sociedade patriarcal que, ao longo das tradições machistas, misóginas, homofóbicas, transfóbicas, racistas e sexistas, vêm fortalecendo nossos carrascos. E muito embora pareça utópico, não se pode deixar de ansiar pelo matriarcado, nos fortalecendo e nos organizando na luta antisexistista.

No **Capítulo 2**, apresentarei, por intermédio de uma descrição densa, o cenário urbano, o contexto da população em situação de rua e o *locus* da pesquisa, evidenciando os motivos pelos quais os “*homeless*” de rua optam por ocupar os espaços das praças e preferencialmente da praça do Ferreira na cidade de Fortaleza. Para contextualizar a população de rua na cidade de Fortaleza, trataremos o processo histórico dos moradores de rua do Brasil, no intuito de compreender as novas faces desse cenário urbano.

Porém, também descreverei alguns motivos que levaram as mulheres para as ruas, como elas chegaram e como sobrevivem em condições de precariedade e vulnerabilidade humana. Outro ponto específico é a transformação do ambiente da rua em espaços da casa, porque, muito comumente, os espaços da rua, em certas situações, são ressignificados pelos indivíduos, na tentativa de transformá-los em ambientes domésticos, estabelecendo e reproduzindo relações de poder (que a mulher exibe como delimitação do seu espaço na rua) e sujeição (pela desvalorização social do trabalho doméstico), delimitando as funções sociais de cada um no espaço de sociabilidade.

No **Capítulo 3**, abordarei a banalização dos corpos urbanos femininos e feminilizados, o corpo imagem e a desmistificação do corpo das mulheres em situação de rua, revelando a precária situação das mulheres que romperam com a violência doméstica e enfrentaram tantas outras problemáticas, mas que passam a reencontrá-las no cotidiano das ruas e das intuições de acolhimento e nas estruturas dessa sociedade sexista, racista, homofóbica, transfóbica e misógina, que banaliza as violações do corpo das mulheres.

No **Capítulo 4**, interpelarei sobre o banimento da sexualidade das mulheres em situação de rua e a exposição da vida sexual, partindo do pressuposto que o corpo e a sexualidade das mulheres em situação de rualização² sempre foram alvos das políticas

² O termo processo de rualização parte de uma concepção oposta, na medida em que o reconhece como processo social, condição que vai se conformando a partir de múltiplos condicionantes, num continuum; razão pela qual os processos preventivos e a intervenção junto àqueles que estão ainda há pouco tempo em situação de rua parecem ser fundamentais para que se logre maior efetividade em termos de políticas públicas. PRATES, J. C.; PRATES, F. C.; MACHADO, S. Populações em situação de rua: os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento. **Temporalis**, Brasília, ano 11, n. 22, p.191-215, jul./dez. 2011.

públicas de Assistência Social e Saúde, pois ambas possuem interesses específicos controlar o comportamento do corpo-desejo e a vida reprodutiva das mulheres empobrecidas e marginalizadas.

Vinculadas a esses sistemas de regras e coerções, as mulheres em situação de rualização têm os seus corpos violentados e a sua sexualidade dissociada de todas as outras áreas essenciais de suas vidas. Para isso, revelarei como as ruas são contextualizadas por diversas violações, que oprimem principalmente as mulheres e geralmente são explicadas como sendo sintomas do barbarismo intrínseco à população em situação de rua.

:

2 CONTEXTUALIZANDO A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DA PRAÇA DO FERREIRA NA CIDADE DE FORTALEZA-CEARÁ

O cenário urbano, há várias décadas, vem sendo modificado pelas pessoas em situação de rua. A vulnerabilidade humana explícita nas calçadas, nas praças e nos viadutos das grandes cidades do país é a realidade mais cruel causada pela desigualdade social que não contém mais os miseráveis dentro das favelas nos seus quartos de despejos como bem disse a escritora Carolina de Jesus, que tirou da invisibilidade a exclusão e a luta da mulher negra favelada.

É preciso um olhar atento para não torná-las invisíveis ou acomodar os olhos para vê-las em meio aos monumentos e aos bancos das praças, tornando banal o cotidiano dos “*homeless*”. Chega a ser quase impossível passar pelas praças e não se dar conta da presença deles, amontoados em pedaços de papelão ou espumas de colchões velhos; os espaços estão cada vez menores diante do contingente que vem se multiplicando nos últimos anos.

Para contextualizar a população de rua na cidade de Fortaleza, trataremos o processo histórico dos moradores de rua do Brasil, no intuito de compreender as novas faces desse cenário urbano que emergiu a partir do final dos anos 70 e do início dos anos 80, quando o país começou a mostrar com mais nitidez a problemática relacionada aos moradores de rua, principalmente nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Esse processo sendo explicado pela crescente industrialização e pela pobreza urbana em grandes capitais, no que se relaciona aos processos de migração e de criação da marginalidade (PEREIRA, 2016).

A partir das décadas de 80 e 90, destacavam-se algumas análises das pesquisadoras Vieira e Rosa, que desenvolveram um importante trabalho com o intuito de descobrir quem fazia parte dessa nova população que sobrevivia à margem da sociedade, e os resultados mostraram que o contingente era formado por desempregados, por migrantes e por pessoas em conflitos com familiares, e não apenas pela figura do andarilho e do mendigo tradicional, atendidos pelos programas de assistencialismo da época.

Os programas de assistência social voltados para a população em situação de rua, em sua grande maioria, eram coordenados pelas primeiras damas, ou seja, marcavam o caráter dessa política como assistencialismo (ARRETCHE, 2000). Porém, ainda nos anos 80, iniciava-se, de forma paulatina, o processo de redemocratização do Brasil, no qual elaborou-se a nova Constituição Federal (CF), no ano de 1988. A Constituição torna-se uma força impulsionadora para as políticas públicas sociais, como também para a política pública direcionada à população em situação de rua (KLAUMANN, 2016).

Um grande avanço que marcou a organização da Assistência Social, no ano de 1993, foi a instituída Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), pelo Governo Federal, e está presente no art 203, inciso V da Constituição Federal e regulamentada pela Lei 8742. Sendo assim, esta inaugura a lei que rege os serviços assistenciais sob a ótica dos direitos e inicia o processo de descentralização das políticas sociais, direcionando para a articulação entre União e os demais entes federativos (OLIVEIRA, 2016).

Mas, somente no início dos anos 2000, a política de Assistência Social passou a debater as questões da população em situação de rua como questões de elusão e vulnerabilidade. No entanto, somente em dezembro de 2009, foi instituída a Política Nacional para população em situação de rua, que passou a ser definida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome como sendo:

Grupo populacional heterogêneo, caracterizado por sua condição de pobreza extrema, pela interrupção ou fragilidade dos vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular. São pessoas compelidas a habitar logradouros públicos (ruas, praças, cemitérios, etc.), áreas degradadas (galpões e prédios abandonados, ruínas, etc.) e, ocasionalmente, utilizar abrigos e albergues para pernoitar (BRASIL, 2009).

Diante desse perfil dos indivíduos, constatamos que a desigualdade social e a pobreza não são privilégios da sociedade moderna, mas um produto histórico que se modifica ininterruptamente no espaço e no tempo. A condição de pobreza extrema é sempre passível de transfigurar em marginalização no interior de um imaginário social, se pudermos observar profundamente essas definições de modo crítico, diante da sociedade, podemos dizer que essa população é o reflexo de um sistema econômico que marginaliza e subjuga indivíduos de modo a tornar cada vez mais difícil as perspectivas de ascensão social de quem sobrevive na rua (VIEIRA; ROSA, 1992).

Desse modo, observa-se que o fenômeno dos “*homeless*” (sem abrigo) desafia o olhar para a realidade da vulnerabilidade humana nos cenários urbanos, em Fortaleza, de acordo com pesquisa realizada, no ano de 2015, pelo Centro de Treinamento e Desenvolvimento da Universidade Federal de Fortaleza (CETREDE). Com a coordenação da Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SDHDS), e em parceria com o Fórum da Rua, existiam aproximadamente 1.718 pessoas morando nas ruas do Centro de Fortaleza e na Beira Mar.

Figura 1 – Pessoas em situação de rua, que habitam na Praça do Ferreira – Fortaleza/CE



Fonte: Freire (2017).

Embora seja expressivo, esse contingente não deve ser tomado como o total de pessoas vivendo atualmente em situação de rua na cidade. Os levantamentos em questão foram realizados há mais de 7 anos, e deve-se atentar ao fato do aumento da população em situação de rua, visivelmente agravado pela pandemia do coronavírus e por diferentes fatores, como a territorialização entre facções criminosas, as questões socioeconômicas, os problemas familiares e a drogadição.

Segundo informações colhidas em um dos jornais³ de maior circulação na cidade, novos levantamentos serão realizados muito em breve, pois em outubro 2019 a prefeitura recebeu recomendações do Ministério público para realizar um novo censo da população em situação de rua e que deveria ter começado a ser feito em fevereiro de 2020.

Não obstante, devido à pandemia de coronavírus (COVID-19), as próprias empresas solicitaram o cancelamento do processo licitatório, que só deve ser reaberto após o período pandêmico. “Mas deve ser mais rápido porque o projeto já está estruturado”, garantiu a secretária executiva da STDS em entrevista para o jornal.

Ainda segundo as informações do mesmo jornal, o Fórum da Rua de Fortaleza acredita que houve defasagem naquela época. “As instituições que trabalham com isso acham que, desde esse tempo, já passavam facilmente de 2 mil. Com a pandemia, esse número pode ter duplicado.” Contudo, somente na “Mãe Ferreira”, é assim que as pessoas em situação de

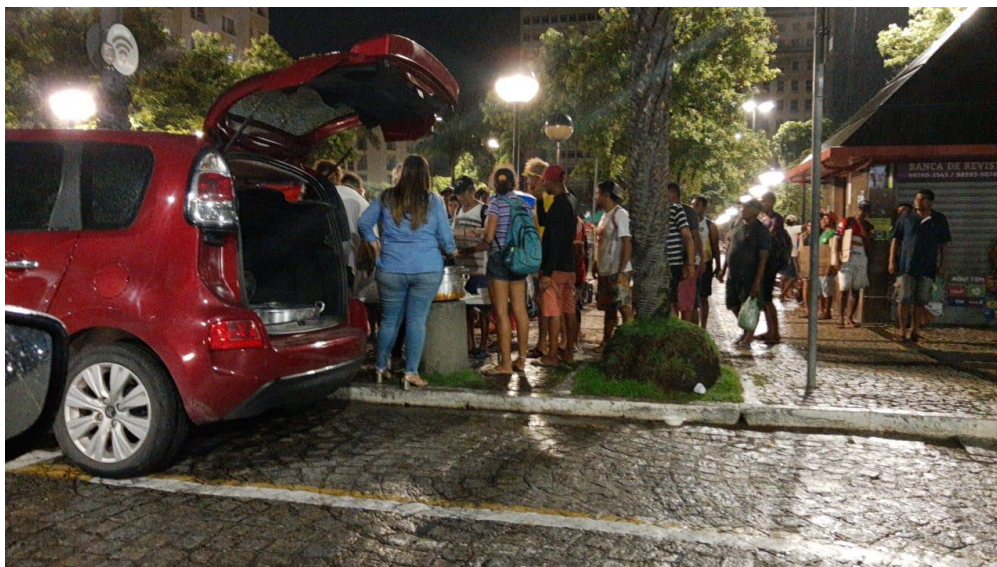
³ PAULINO, N. População em situação de rua cresce na pandemia. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 29 jun. 2020. Metro, p. 11. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/populacao-em-situacao-de-rua-cresce-durante-pandemia-1.2960887>. Acesso em: 20 jan. 2021.

rua costumam chamar a Praça do Ferreira, tem cerca de 300 a 350 pessoas rotativas, embora não seja um dado confiável para o coordenador do movimento Fortaleza Invisível. Até a presente data nenhuma informação foi atualizada.

Todavia é sabido que a falta de dados prejudica a formalização de qualquer política pública para a problemática em questão, tornando o orçamento destinado para a população em situação de rua insuficiente para o quantitativo existente, precarizando os serviços da Assistência Social, da Saúde e outros, impossibilitando a reinserção social dessa população que sobrevive na linha da pobreza extrema.

O espaço da rua e os logradouros públicos passaram a ser ocupados por pessoas; as praças, com grande fluxo de transeuntes e próximas dos grandes centros comerciais, passaram a ser preferência, por facilitar o manguieio e as doações para essa população.

Figura 2 – Distribuição de sopa por voluntários na Praça do Ferreira - Fortaleza/CE



Fonte: Freire (2017).

No Centro de Fortaleza, a Praça do Ferreira é a mais disputada por possuir todas essas características que auxiliam na sobrevivência dos seus ocupantes que constroem seus alojamentos precários em meio a tanta riqueza, seja ela cultural ou material.

Figura 3 – Barraco de papelão construído na porta de uma loja abandonada no centro de Fortaleza-Ceará



Fonte: Freire (2017).

Uma família composta por um casal e três crianças improvisaram um barraco de papelão para se abrigarem na praça, facilitando o manguêo e a sobrevivência em meio aos comércios que circundam o local. Essa é a dura realidade de quem habita no coração de Fortaleza. A Praça do Ferreira, inaugurada em 1933, recebeu esse nome em homenagem ao Boticário Ferreira, ex-vereador de Fortaleza, ficando conhecida como o “coração da cidade”. No entanto, o dito “coração” precisava de algo pulsante e passou a bater no ritmo de um relógio descomunal exposto no meio da praça. Seus ponteiros giram repetidamente em torno de uma ciranda de vulnerabilidades humanas, sincronizados com a intemporalidade da crise humanitária.

Figura 4 – Pessoas em situação de rua que habitam no coração de Fortaleza



Fonte: Freire (2017).

Com o passar dos anos, novos espaços vêm sendo incorporados à Praça do Ferreira para acolher os supostamente invisíveis, os marginalizados, os nórias, os miseráveis, os que habitam, os que vagueiam, os que sentam para serem vistos, ou simplesmente esquecidos, em seus bancos e calçadas, como o nosso poeta Mário Gomes. Transforma-se, então, em um referencial para a população em situação de rua, que a renomeou como “Mãe Ferreira”.

A palavra mãe vem carregada de afetos, por se sentirem amparados, acolhidos, sustentados pelo ambiente sociável, mas ao mesmo tempo perigoso para os que não aprenderam a respeitar os códigos morais da rua.

A praça exprime o Marianismo embutido na figura materna que alimenta, veste e acolhe a todos através das doações distribuídas no local por membros de igrejas evangélicas e católicas, por grupos espíritas, por movimentos sociais e por simpatizantes da causa. No decorrer das minhas visitas à praça, a fala de um senhor que mora lá há mais de 20 anos me chocou muito; ele fez uso de um provérbio popular para definir a “Mãe Ferreira”: “a praça é igual coração de mãe, sempre cabe mais um”. Nessa frase, percebi que ele reconhece o local como um ponto de apoio que está sempre preparado para receber uma nova pessoa, aumentando o contingente populacional que ali habita e modifica o cenário urbano, desafiando o olhar de todos.

2.1 Trajetória das mulheres em situação de rua: as mulheres não brotaram nas ruas, quem são e de onde vieram?

“É horrível assistir à agonia de uma esperança.”
(Simone de Beauvoir).

Seria bem mais fácil usar a justificativa de que as mulheres brotaram nas ruas como algumas ervas daninhas, mas sabemos que essa justificativa nunca poderia ser utilizada, embora fosse muito cômoda para aqueles que as invisibilizam com seus olhares depreciadores e perversamente desumanos quando baseados na lógica do capitalismo, o descarte.

Na verdade, a mulher foi entrando gradualmente nesse universo da rua, reconstruindo os limites do espaço, as práticas e as representações, ou seja, a casa (FRANGELLA, 2004). Nenhuma delas apareceu nas ruas como num passe de mágica, todas carregam, em suas gavetas ocultas e nas cicatrizes do próprio corpo, suas histórias de vida e os motivos que as levaram para tal situação. De acordo com Quiroga e Novo (2009 p. 160), as mulheres veem a rua como última opção, nem sempre vinculada à noção de liberdade, tão frisada pelos homens.

Entretanto, esta é uma área ainda muito pouco explorada pelas ciências, no decorrer dessa pesquisa busquei referências na plataforma SCIELO, em periódicos da CAPES e no Google Acadêmico e encontrei pouquíssimos trabalhos com tal abordagem. As histórias de vida dessas mulheres precisam ser vistas como relevantes e contadas por outras mulheres para que elas não sejam afastadas da vida pública e nem tão pouco terem suas histórias contadas por homens que certamente assumiriam a lógica machista (TIBURI, 2018).

Na rua, algumas histórias possuem certas semelhanças, carregam em seus corpos as marcas indeléveis das violações sofridas desde a infância dentro dos seus próprios lares, quase sempre cometidas por familiares e parentes. Ainda muito pequenas, algumas mulheres aprenderam a conviver com as hostilidades e torná-las banais. O mais preocupante é que elas passaram a amargar no mais profundo silêncio, formando um imenso contingente de corpos adoecidos e perpetuando por várias gerações as infinitas torturas físicas, psicológicas e emocionais, dentre outras. Nas definições de Butler (2019, p. 49):

A violência é certamente uma mancha terrível, uma maneira de expor, da forma mais aterrorizante, a vulnerabilidade primária humana a outros seres humanos. É uma forma pela qual somos entregues, sem controle, à vontade do outro, um modo em que a própria vida pode ser expurgada pela ação intencional do outro. Na medida em que cometemos violência, estamos agindo no outro, colocando o outro em risco, violando o outro, ameaçando expurgar o outro.

Mesmo experimentando das mais aterrorizantes formas de violência, algumas mulheres continuam mantendo a família unida e preservando o casamento. “A MAIORIA DAS MULHERES NÃO DENUNCIAM AGRESSOR À POLÍCIA OU À FAMÍLIA, INDICA PESQUISA”, esse foi o título da manchete da Folha de S. Paulo do dia 26 de fevereiro de 2019. Esse silêncio muitas vezes está ligado ao medo e à moral de uma longa tradição cristã que utiliza-se de passagens bíblicas, como esta encontrada em Coríntios cap.13:4-7 para justificar que o amor: “tudo sofre, tudo crê, tudo espera, tudo suporta!”.

Essa deturpação do amor promove várias experiências negativas que levam as mulheres ao desgaste da vida diária, fazendo com que elas percebam os seus limites e comecem a pensar em dar um basta nas hostilidades sofridas em seus lares, locais onde deveriam serem protegidas e amadas. Para Aboim (2012), a casa é o local onde vivenciamos nossas intimidades e temos como refúgio contra a esfera pública. No entanto, é no ambiente doméstico, local protegido e privilegiado, que são vividas algumas duras formas de opressão. São justamente essas formas de opressão que tecem as rupturas familiares e o desejo de abandonar o lar; na perspectiva de resignificarem suas vidas e garantirem sua sobrevivência elas anseiam encontrar ambientes menos hostis.

O ato de saírem de casa é visto como ousadia. Romper com o ciclo de violência nos ambientes domésticos pode ser um tiro no escuro devido às condições sociais e às políticas que acabaram reinsertindo essas mulheres em novos contextos de violência. Ao abandonarem seus lares, nem sempre essas mulheres serão acolhidas nas casas dos familiares, dos parentes e dos amigos ou encontrarão vagas nos abrigos institucionais. Desse modo, a rua torna-se a única opção de moradia. Todas chegam às ruas receiosas, temendo pela própria vida. Mas, por breves segundos, as ruas chegam a lhes causar uma falsa sensação de alívio, só pelo fato de estarem distantes dos indivíduos e das circunstâncias que lhes aprisionavam ao maior de todos os males, o medo.

São impressionantes as diversas variações de sentimentos causadas pelo medo. O medo que as fizeram reféns em seus lares, é o mesmo medo que as impulsionaram a fugir e as mantêm vivas nas ruas. O que para muitas outras mulheres pode parecer perigoso, para estas, o perigo é iminente. A partir do momento em que saem de suas casas, estão dispostas

a enfrentar tudo o que vier pela frente e não mais voltar; elas sabem que o retorno seria a aceitação da dominação masculina, ocasionando a anulação da própria autonomia, tornando-as submissas (SANTOS; IZUMINO, 2005). É preferível enfrentar os intensos desafios na rua, muitas vezes bem mais graves que os sofridos em casa, só para não retornar a conviver com os seus algozes. Nas palavras de Quiroga e Novo (2009, p. 157):

A vida na rua apresenta desafios muito intensos para a vida de uma mulher, em função de suas especificidades em relação aos homens. As obriga a lidar com uma realidade profundamente masculinizada e cheia de preconceitos, situação esta que se impõe de forma muito mais brutal do que os casos de violência e preconceitos vivenciados cotidianamente por grande parte das mulheres que não estejam em situação de rua. Isto porque são consideradas frágeis e, portanto “menos adaptadas” a esta situação extrema, o que faz com que sejam percebidas como vítimas fáceis.

Para não aparentarem fragilidade, as mulheres passam por múltiplos embrutecimentos na rua, extremamente necessários para a autodefesa, e por um determinado domínio, em que cobra maior come cobra menor. Ficar sozinha também é assumir vulnerabilidades em vários aspectos. Mesmo sabendo a que preço será sua segurança, elas optam por um companheiro nas ruas, como garantia da própria sobrevivência, pois estes irão defendê-las da realidade predatória.

A realidade predatória é predominantemente masculinizada, não pelo fato da quantidade superior de homens, comparada aos outros gêneros, mas pela cultura do machismo enraizada na sociedade patriarcal. A realidade predatória é expansiva, espalhou-se feito um vírus, e transita entre o público e o privado. Embora as mulheres sejam maioria no quantitativo do país, elas vivem sob o regime dos homens que ainda teimam em viver fixados ao regime militar como fonte de inspiração para a sociedade perfeita.

Sendo assim, toma-se como exemplo o governo de Dilma Rousseff, primeira mulher eleita presidenta no país, vítima de um *impeachment* e acusada de crime de responsabilidade que culminou no golpe no ano de 2016. Num país sexista, misógino, racista, homofóbico e transfóbico chega a ser uma afronta ter uma mulher governando, uma afronta ao modelo de masculinidade cultivado nas forças armadas e que não aceita o avanço e as conquistas sociais das mulheres.

Poderiam ser descritos inúmeros exemplos de como as mulheres sofrem aprisionadas ao sexismo e às desigualdades de valores desde o nascimento, mas é preferível ressaltar os males ocasionados pela geração “macho escroto”, que se perpetua durante séculos para além dos nossos lares. Nas considerações de Hooks (2020b, p.107):

Nós sabemos que masculinidade patriarcal incentiva homens a serem patologicamente narcisistas, infantis e psicologicamente dependentes de privilégios (ainda que relativos) que recebem simplesmente porque nasceram homens. Muitos homens sentem que a vida será ameaçada se esses privilégios lhes forem tirados, já que não estruturaram qualquer identidade essencial significante.

Por isso, a imposição da figura masculina é muito mais embrutecida, tornando as mulheres muito mais suscetíveis às violências do cotidiano nos lares e nas ruas, e com menos defesa, tornando-as vítimas fáceis das mais diversas violações. Essas práticas são enquadradas, limitadas e registradas sob o discurso cultural de gênero (PEREIRA, 2007).

“Para além destas dificuldades, a vida na rua para estas mulheres exige também que lidem, diariamente, com uma diversidade de fatores e situações que envolvem diretamente a relação com o corpo, a sexualidade, e algumas vezes, o cuidado dos filhos” (QUIROGA; NOVO, 2009, p. 157). Muito embora uma gama de estratégias sejam desenvolvidas pelas mulheres, ainda existe a necessidade de se reinventar com base no estereótipo de uma imagem feminina ideal, da mulher mãe e cuidadora, muito presente no senso comum e nas próprias políticas públicas, especialmente na Assistência Social que valoriza o papel da mulher dentro da família (QUIROGA; NOVO, 2009).

Nesse ínterim do meu contato com as mulheres em situação de rualização, fui descobrindo através das narrativas e das histórias de vida que nem todas as mulheres chegaram nas ruas fugidas de suas casas, dos companheiros, da família e dos parentes. Algumas perderam seus empregos, foram despejadas de suas residências por falta de condições financeiras para pagarem aluguel e passaram a ter as ruas como única alternativa.

Conheci mulheres que chegaram nas ruas com seus filhos, outras só com o companheiro porque haviam deixado as crianças com os familiares enquanto buscavam uma nova oportunidade de trabalho para reorganizarem suas vidas e retornarem para os seus lares. Muitas procuravam somente uma oportunidade de trabalho, mas, por não serem aceitas nas vagas ofertadas, elas interiorizavam a condição marginal e terminavam em situação de rua.

No que se refere à Valentina, 29 anos, um infortúnio a fez fugir de sua cidade natal, localizada no interior da Paraíba. Num de seus relatos chegou a contar que numa certa madrugada, enquanto retornava de uma “bocada”, depois de ter dado várias “pancadas” e ficado completamente bruxa, surpreendeu-se com a presença de dois homens armados que a esfaquearam, deixando-na entre a vida e a morte. A tentativa de homicídio estava relacionada a um assalto, cometido por ela, horas antes, a um motorista de caminhão. Após passar por uma cirurgia delicada no estômago, fugiu do hospital ainda com a barriga saturada, no intuito de evitar sua prisão ou ser morta.

Chegando à Fortaleza, trazendo apenas uma mochila com poucas peças de roupas, alguns objetos de higiene pessoal e o total desprezo dos familiares que ficaram em sua terra natal. Sem local certo de moradia, parentes, familiares ou amigos na cidade, Valentina abrigou-se nos bancos da Praça do Ferreira, vindo posteriormente a integrar o contingente social que encontra-se na situação de rua, aprendendo a superar os desafios de recém integrante,

Quando eu cheguei na rua, eu tive meia hora pra mudar a minha vida, sabe como é? Aqui não tem livro pra ensinar não, a gente aprende errando mermu. Quando a gente chega na rua né, a gente tem que ser esperta, ficar de boa, sempre ligada na sugestão das pessoas, mas tudo na humildade, tá interada? Porque aqui né, o certo é pelo certo, o errado é cobrado!

Essas reconstruções, ou construções de experiências, são inteiramente cruciais no processo de inclusão na rua. O indivíduo, ao chegar na rua, necessita recriar hábitos, costumes, vocabulários, práticas e estratégias de sobrevivência dentro do grupo ao qual está inserido. Assim como Valentina, milhares, que, por alguma razão, encontram refúgio nas ruas.

Outra questão que merece destaque é a trajetória das egressas das instituições prisionais ou de saúde, principalmente as psiquiátricas. Esses também são alguns indicativos das razões da chegada e da permanência das mulheres nas ruas (QUIROGA; NOVO, 2009, p. 159). Portanto, pode-se então concluir que não existe um único, mas um conjunto de situações e vulnerabilidades que contribuem para a chegada e a permanência das mulheres nas ruas. Contudo, nenhuma condição em que esta população se encontre pode ser considerada definitiva, por isso considera-se que estão em “situação de rua”.

2.2 O espaço das ruas manipulado como parte da casa

“Prefiro queimar o mapa, traçar de novo a estrada,
ver cores nas cinzas e a vida reinventar.”
(Francisco, el hombre)

Muito comumente, os espaços da rua em certas situações são ressignificados pelos indivíduos, na tentativa de transformá-los em ambientes domésticos, estabelecendo e reproduzindo relações de poder (que a mulher exibe como delimitação do seu espaço na rua) e sujeição (pela desvalorização social do trabalho doméstico), delimitando as funções sociais de cada um no espaço de sociabilidade. De acordo com DaMatta (1997, p. 77), “assim, a própria rua pode ser vista e manipulada como se fosse um prolongamento ou parte da casa”,

ambiente em que se deposita nas mulheres a expectativa do papel doméstico, materno e de rainha do lar.

A rua produz espaços que se confundem com a própria ordem social, de modo que, se não compreendermos a sociedade com suas redes de relações sociais, valores e concepções, não poderemos interpretar como o espaço é concebido e mantido. Aliás, nesses sistemas, podemos dizer que o ambiente não existe apenas como uma dimensão social independente e individualizada, porque certamente estão interligados, misturados e embebidos em múltiplos valores que servem para a orientação de todo o grupo populacional (DAMATTA, 1997).

Portanto, os espaços das praças que foram transformados em ambientes domésticos são muito mais amplos, singulares, implicando em novos modos de vida para superar determinadas situações-limite da extrema pobreza, alinhando-se aos modelos socialmente aceitos de sobrevivência e dignidade humana.

Durante a pesquisa de campo no ano de 2018, conheci um amplo ambiente doméstico na praça da Gentilândia, local bem próximo da universidade, então, sempre que possível, nos finais de tarde, após as aulas, eu passava para “visitar” as pessoas em situação de rua que habitavam no local. Quase todos os espaços eram abertos, menos o banheiro, tornando públicas as atividades da vida privada. Era possível observar o preparo das refeições, os objetos que constituíam cada ambiente e a vida acontecendo fora das famosas “quatro paredes”.

Figura 5 – Cozinha montada na praça da Gentilândia (Fortaleza/Ceará)



Fonte: Freire (2018).

Ao observar todo esse ambiente da foto, fui tomada pela curiosidade de saber quem costumava desenvolver as atividades domésticas, como era a rotina da casa, quem assumia o papel de provedor naquele espaço. Hoje, as mulheres que assumiram esse papel de provedora do lar, conhecidas como “mães solas”, desdobram-se entre a rotina de trabalho e a rotina doméstica, são capazes de suportar o cansaço que se acumula diariamente e passam a serem vistas como mulheres fortes, mas, na verdade, elas são obrigadas a suportar tamanhas rotinas de trabalhos que muitas mulheres brancas classistas se negam a exercer, somente com o intuito de garantirem a sobrevivência da sua prole.

Numa dessas tardes, pedi para Judith, 29 anos, mulher trans em situação de rua e residente no local, para me contar um pouco sobre a rotina da casa: onde dormiam, quem cozinava, como conseguiam os alimentos. E ela me falou:

A gente dorme tudo junto, um perto do outro, de manhã quando a gente acorda vai tomar banho e café no Centro POP, depois a gente volta pra praça e fica esperando “os meninos” que vão pra feira pedir restos de alimentos pra fazer o almoço, aqui todo mundo cozinha, mas nenhum homem quer lavar as panelas. Tem dia que eles consegue carne, peixe e verdura. O arroz e o feijão a gente compra com o dinheiro que a gente ganha mangueando e pastorando os carros, as vez as pessoas que mora aqui enfrente também dá arroz, dá feijão.

A partir dessa divisão, as relações de poder do ambiente privado se repetem, restringindo as mulheres às tarefas domésticas, de caráter passivo, dócil e frágil. Já o homem, enquanto indivíduo da vida pública e política, ao manter sua postura viril e centralizadora,

exerce o papel de provedor e, portanto patriarcal (SANCHOTENE; ANTONI; MUNHÓS, 2019, p. 150).

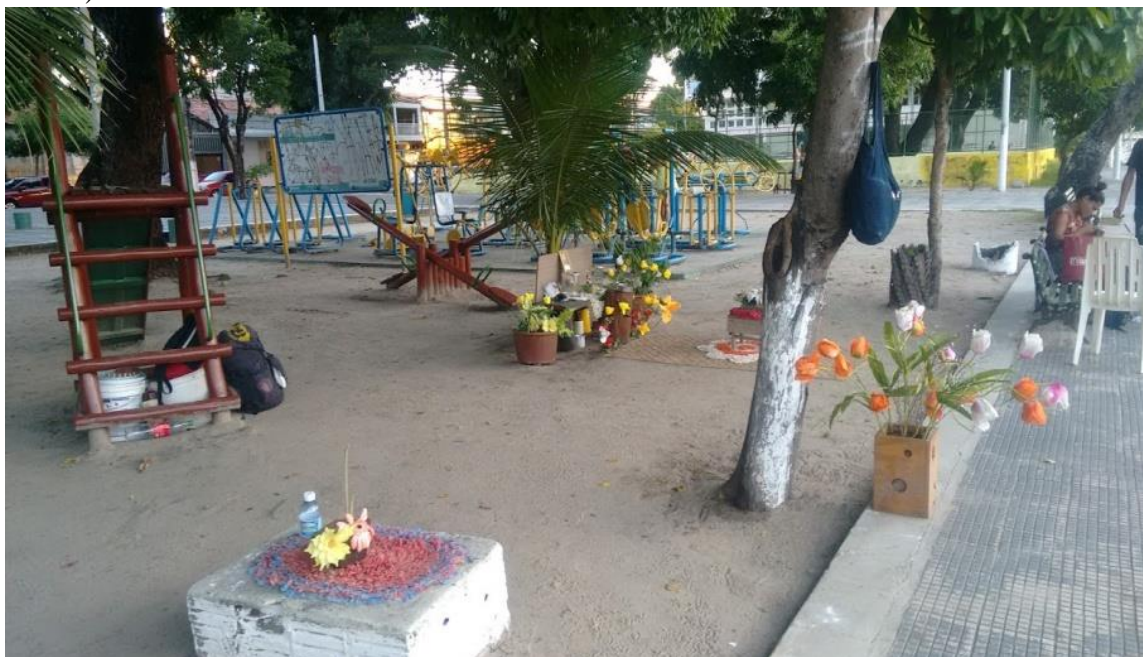
Porém, o contrário também pode acontecer, do homem ficar em casa à espera do que a mulher vai conseguir com os manguaios. Essa é uma realidade igualmente vivenciada nas ruas e nas favelas por muitas mulheres, conforme Carolina de Jesus (2001, p.14):

Elas alude que eu não sou casada. Mas eu sou mais feliz do que elas. Elas tem marido. Mas, são obrigadas a pedir esmolas. São sustentadas por associações de caridade. Os meus filhos não são sustentados com pão de igreja. Eu enfrento qualquer espécie de trabalho para mantê-los. E elas, tem que mendigar e ainda apanhar.

A vida diária das mulheres em situação de rua, assim como das demais mulheres, ainda pode ser marcada pelos abusos e pelas violências cometidas por seus companheiros, diferentemente de Carolina de Jesus que nos parece emancipada. Parece-me que a submissão é ainda maior quando essas assumem principalmente o centro de todas as rotinas familiares e domésticas. Não é preciso especular muito para descobrir que as mulheres cis e as trans que habitavam na casa da rua eram responsáveis também pelo manguaio e pela organização do ambiente e das atividades domésticas, bastava olhar para os detalhes dos ambientes decorados com flores e compartimentados como uma casa.

Na foto, a seguir, observa-se um ambiente re-construído para representar a sala de estar e o altar de orações, locais importantes para as mulheres demonstrarem aos transeuntes sua fé, sua espiritualidade e seu refúgio, bem como os valores religiosos aprendidos em algum momento de suas vidas, contrariando aqueles que ousam acreditar que corpos marginais não possuem almas e não merecem proteção divina como todos os filhos de Deus.

Figura 6 – Sala de estar e altar de orações montados na praça da Gentilândia (Fortaleza-Ceará)



Fonte: Freire (2018).

A vida social nesses ambientes é emoldurada num sistema fixo de valores e de poder. O poder da figura masculina prevalece ordenando de forma suprema nos ambientes domésticos construídos nas ruas, mesmo sendo ambientes penetrados de conflitos, ambientes contraditórios e problemáticos. As mulheres ainda se aproximam do espaço da casa por acreditarem na possibilidade de reconstruírem: laços de simpatia, lealdades, pessoais, complementaridades, compensações e bondades (DAMATTA, 1997), tudo para aliviar a vida diária nas ruas, para manterem vivos os hábitos da vida familiar, ainda que estejam num ambiente sem conforto, segurança ou privilégio.

A miséria do ambiente não costuma assustar tanto porque a grande maioria das mulheres em situação de rua são oriundas das favelas e das periferias, locais onde a extrema pobreza costuma prevalecer entre as famílias que se amontoam em barracos de tapumes ou nos casebres sem nenhuma condição básica, como: água potável, energia elétrica, banheiro e rede de esgotos. São espaços precarizados e muito parecidos com os abrigos construídos nas ruas ou embaixo das marquises e dos viadutos, facilitando a sua adaptação aos ambientes domésticos improvisados nas ruas. Na foto, em seguida, veremos um banheiro, improvisado com tábuas e panos velhos, construído ao lado da quadra de esportes na praça da Gentilândia.

Figura 7 – Banheiro improvisado com tábuas e panos velhos ao

lado da quadra de esportes da praça da Gentilândia (Fortaleza/CE)



Fonte: Freire (2018).

Assim como esse banheiro, os espaços da casa, demonstrados nas fotografias, eram ambientes que garantiam a sobrevivência de um grupo de pessoas em situação de rua que habitava no local. Porém, todos os espaços foram destruídos pela polícia que fazia a segurança da praça. Segundo os moradores da “casa”, os policiais alegaram que o local estava sendo utilizado para uso e comércio de drogas; desmontaram tudo numa madrugada e proibiram a reconstrução da casa, dispersando as pessoas em situação de rua que habitavam na praça.

2.2.1 A reconstrução da casa durante a pandemia

“Aqui ninguém adoece. Ou se está vivo, ou morto.”
(Decartes Gadelha)

Essa insistência em falar da casa é proposital, pois já é sabido que o corpo e a sexualidade das mulheres estão intrinsecamente projetados na vida doméstica. Por isso,

sinto-me na obrigação de registrar neste trabalho a rotina da casa da população em situação de rua, com o objetivo de compreender as estruturas da dominação patriarcal existentes nos espaços domésticos. Nas considerações de Segato, “O patriarca deve ser compreendido como pertencente ao estrato simbólico ou como estrutura inconsciente que conduz os afetos e distribui os valores entre os personagens do cenário social, ocupando posição no campo simbólico” (PEREIRA, 2007). Sendo assim, a casa na rua é um espaço propício para inúmeras descobertas.

Durante todo o período de quarentena do ano de 2020, afastei-me das ruas por respeito aos decretos do governo do Ceará com ações contra o coronavírus; somente em maio de 2021, eu retornei às ruas para manifestar contra o atual presidente e mais uma vez me reencontrei com a população em situação de rua.

Desta vez, os reencontrei numa nova casa instalada na praça da Gentilandia, me surpreendi com a imensa construção que encontrei. Em plena pandemia de coronavírus, a reconstrução da casa na rua se fez necessária. Os atos políticos costumeiramente acontecem nessa praça; dessa vez, o ato era contra o genocídio e o atual presidente que não se comove diante do alarmante número de mortos, que já passou de 500 mil o número de vidas que sucumbiram. Mas essa praça também é um ponto de apoio para os moradores de rua e estar nesse local é uma oportunidade para encontrá-los. Meus olhos acostumados em procurá-los, são capazes de avistá-los em meio à multidão, e mesmo de longe passo a observá-los atentamente.

A nova construção está bem mais elaborada que a antiga casa demonstrada anteriormente, sendo capaz de chamar bem mais a atenção dos transeuntes que caminham pelo local, deixando-os intrigados com toda a elaboração das paredes improvisadas que não garantem a privacidade, tornando pública a rotina da vida doméstica, mas que de alguma forma delimitam os espaços de convivência e a organização do local.

Figura 8 – Cozinha improvisada pelos habitantes da casa na rua



Fonte: Freire (2021).

Os espaços da casa estavam muito bem divididos e equipados com objetos catados no lixo, nela habitam três pessoas: um casal pós-moderno constituído por um homem e uma mulher trans e um senhor de meia idade, ambos os homens são catadores de materiais recicláveis. Sempre que encontram em meio ao lixo algum objeto doméstico, eles levam para compor os ambientes da residência. Um microondas velho estava sobre um móvel de madeira e servia de armário para guardar alimentos perecíveis, dentro dele havia pães e biscoitos.

Figura 9 – Móvel da cozinha improvisada da casa na rua



Fonte: Freire (2021).

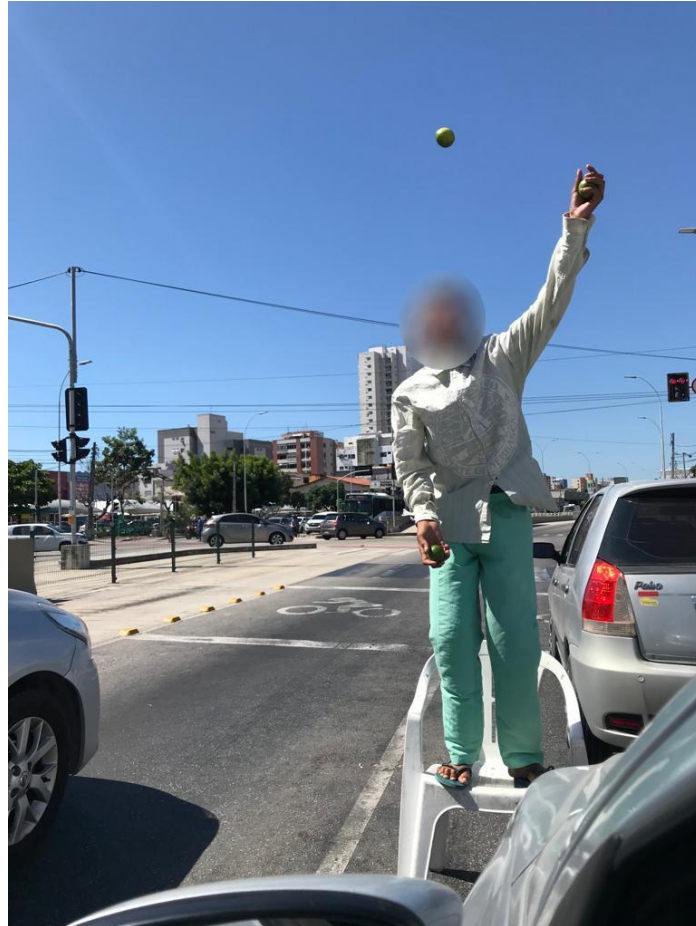
Em outra parte desse mesmo móvel de madeira que compõe o espaço da cozinha, uma quantidade bem significativa de alimentos estava estocada, eram itens de várias cestas básicas que eles ganharam de doações, itens valiosos nesse período de alto custo da cesta básica, visto que um quilo de arroz chegou a atingir a média de 8 reais e uma garrafa de óleo atingiu o valor de 10 reais, preços incompatíveis para quem possui um salário mínimo no valor de R\$ 1.100,00 e geralmente possui essa única renda para custear todas as necessidades básicas da família.

Muitas famílias retornaram para a pobreza extrema durante esse período de pandemia e foram para os sinais de trânsito mendigar, desde a minha adolescência eu não havia mais visto famílias com pedaços de papelões escrito “ESTOU COM FOME, ME AJUDE”, transitando entre os carros, enquanto o restante da família, geralmente as crianças, ficam sentadas nas calçadas.

Em alguns sinais encontram-se crianças e adolescentes maquiados de palhaços, fazendo malabarismo para driblar as necessidades a que estão expostos durante a pandemia.

Uma necessidade crucial que tem afetado milhares de lares e comovido o país inteiro para realizar campanhas de solidariedade é a fome.

Figura 10 – Adolescente fazendo malabarismo no sinal de trânsito



Fonte: Freire (2021).

Esse período de pandemia mobilizou muitas instituições e muitos voluntários a arrecadarem e a distribuírem alimentos, produtos de higiene e limpeza, máscaras, vale gás e vale compras. Eu estive engajada em várias atividades junto ao Instituto Fiocruz, ao Fórum Cearense de Mulheres, ao Instituto Banco Palmas, ao Centro de Nutrição do Conjunto Palmerias, à Associação das Mulheres em Movimento, aos Círculos Populares e a outras instituições que desenvolveram ações durante o momento mais crucial da pandemia.

Uma outra necessidade era espalhar pela cidade, e principalmente pelas periferias, equipamentos que facilitassem e garantissem o básico para a higienização das mãos. Em pontos estratégicos foram instalados totens com álcool em gel e pias com água e sabão para a lavagem das mãos. Um desses equipamentos com reservatório de água potável e uma pia com torneira foi instalado na casa da praça por um grupo de voluntários, uma

atitude excepcional considerando que o grupo populacional em situação de rua é o mais vulnerável durante a pandemia de coronavírus (COVID-19).

Padre Júlio Lancellotti, pedagogo e presbítero católico brasileiro, pároco da paróquia de São Miguel Arcanjo, no bairro da Mooca, na cidade de São Paulo, atua junto aos grupos mais vulneráveis formados por jovens em conflito com a lei, por detentos em liberdade assistida, por pacientes com HIV/Aids e por populações de baixa renda e em situação de rua. Ao participar de uma aula conjunta dos cursos de Ciências Humanas e Sociais e Comunicação na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), desafiou o Reitor, que estava presente no bate-papo, a abrir o espaço da universidade para oferecer água potável à população em situação de rua, alegando que a falta de acesso a água potável é um grave problema durante a pandemia de coronavírus (COVID-19). Não há como exigir dos mais vulneráveis os cuidados básicos sem acessibilidade ao mínimo, à água e ao sabão.

Em suas palavras, Padre Júlio afirmou que: “A cidade é o local do conflito e da explicitação da desigualdade, na cidade quem governa é o jogo de interesses.” Mas que interesses têm os governos pelos marginalizados descartados nas praças, nas ruas e nas calçadas, se na maioria das vezes as prefeituras são higienistas? Nesse período de pandemia coube aos voluntários e às ONGS assumir o trabalho de assistência que os governos não prestaram atenciosamente à população em situação de rua.

A instalação do equipamento de água é um ato de resistência à vida dos mais pobres, contrariando a lógica do capitalismo. A água que abastece o equipamento é cedida pelo CEPEP- Escola Técnica, que fica a vários quarteirões da praça onde a casa está instalada. Os homens da casa vão buscar água potável nos carrinhos de coletar material reciclável e armazenam em baldes plásticos que ficam na parte superior, dentro da instalação metálica, vindo a ser utilizada numa pia instalada na parte externa do equipamento.

A água utilizada é armazenada em baldes plásticos que ficam na parte inferior e depois é despejada nos bueiros. Esse reservatório de água garante o mínimo para a higiene pessoal, para o preparo e para a higienização de alimentos. No entanto, percebi que, para além dessas utilidades, a instalação do equipamento demarca o espaço com a organização comunitária; quem passa pelo local percebe que eles estão sendo assistidos de alguma forma, e isso pode lhes garantir uma certa segurança quanto ao uso do espaço público.

Figura 11 – Equipamento constituído de pia e reservatórios de águas (limpa e suja)



Fonte: Freire (2021).

O equipamento que armazena água foi decorado com arte de rua, o grafite. Outros ambientes da casa também são cercados por frases, por siglas e por símbolos pichados durante os atos políticos nas muretas da quadra esportiva que fica ao lado do ambiente doméstico, que é cuidadosamente organizado, limpo e orquestrado por hábitos rotineiros das famílias. Encontrei comidas preparadas nas panelas sobre uma mesa velha, eram as sobras do almoço que aguardavam o momento do jantar dos habitantes da casa. Para muitos, aquele frango cozido, o arroz e o feijão é o trivial, mas para eles é um banquete.

Apenas três pessoas estão habitando no local, um casal ainda jovem e um senhor negro de meia idade. Um dos homens da casa havia saído para reciclar, o outro carrinho de reciclagem estava estacionado ao lado da casa, numa espécie de quintal. Nessa área, encontrei um telefone fixado numa árvore, até brinquei pedindo para fazer uma ligação. Aquele telefone, assim como tantos outros itens que eles recolhem nas ruas e levam para compor o espaço da casa, deixam o ambiente doméstico bem mais acolhedor; cada detalhe demonstra a importância da objetificação, diferentemente das calçadas, onde se vive com o mínimo, sem acúmulo, estrutura ou o mínimo de conforto.

Figura 12 – Quintal da casa na rua



Fonte: Freire (2021).

O quintal da casa é o local em que os catadores que habitam na casa acumulam seus materiais recicláveis para posteriormente venderem. Alguns objetos em desuso também ficam expostos, fazendo-me recordar dos costumes semelhantes das casas nas favelas.

Antes de me reaproximar dessa nova casa fiquei tentando reconhecer alguém e, para minha alegria, quem estava sentada na roda de amigos conversando na frente da casa era Judith, uma mulher trans que já conheço desde o tempo em que fui educadora no Centro de Convivência. Judith chegou a ser contemplada com uma vaga de trabalho na convivência; durante dois meses ela exerceu a função de auxiliar de serviços gerais, mas os próprios colegas contribuíram para que ela desistisse do emprego.

Na época, eu acompanhei todo o processo, Judith não teve nenhum acompanhamento psicológico para lidar com a sua nova situação, ficando exposta às violências verbais e morais dos colegas que não aceitavam somente ela ter ganhado uma oportunidade de trabalho, para eles era injusto. Envolvida em várias problemáticas, uma delas o uso de drogas, Judith não suportou a pressão e abandonou o emprego, voltando para as ruas sem deixar nenhuma pista. Muito tempo depois recebemos a notícia que Judith havia sido presa, acusada de homicídio e estava na cadeia.

Somente no ano de 2017, durante o trabalho de campo com outra pesquisadora, reencontrei Judith nessa mesma praça, habitando a antiga casa que citei no texto anterior e ela nos contou toda sua trajetória pela cadeia e a motivação do homicídio. Judith sempre foi

muito pacata, educada, respeitosa, gentil; eu nunca imaginaria aquela mulher cometendo um assassinato. Judith nos relatou em detalhes o acontecido:

Eu fui presa pelo seguinte, eu matei um cara. E por que eu matei esse cara? Ele ficava me perturbando quando ele bebia. Na verdade, ele pegou uma despeita comigo. Porque meu namorado passava à noite roubando antes de me conhecer saía com ele para a feira para vender os roubos e quando ele me conheceu, ele não chamava mais esse cara né aí o boy ficou despeitado comigo. Eu havia deixado esse meu namorado e um dia eu estava voltando de um programa virada da sexta para o sábado e quando foi de manhã, esse cara me pediu um trocado. Aí eu disse: eu não tenho trocado vamos lá no bar trocar, que eu pago tua dose e vou ficar por lá bebendo. Aí eu fiquei lá bebendo. Do nada esse cara ficou bêbedo e veio para cima de mim me agredir. Eu comecei a gritar e a população ficou só olhando, eu gritava para que chamassem o ronda para evitar que pior acontecesse, pois eu sabia o que eu era capaz. Aí nós lá brigando e eu corri para uma lojinha que tinha ao lado bar de móveis usados aí eu adentrei essa loja para poder me salvar, pois esse cara não tinha uma fama boa e eu sabia que ele era capaz de me matar. Mas o dono do estabelecimento pediu que eu me retirasse pois não queria problema, então eu saí, mas quando eu estava saindo avistei uma faquinha de serra em cima da mesa. Eu peguei a faca e coloquei dentro do short. Quando eu saí da loja, eu disse para o cara: não venha para cima de mim, pois eu não vou responder pelos meus atos. Até porque, esse cara já havia me furado na testa com um espeto. Aí ele veio com tudo para cima de mim gritando: eu não tenho medo de você viado safado, tu vai morrer. O bofe era atrevido. Nós entramos em luta corporal no chão e então, eu puxei a faca e dei uma furada nele. Foi só uma facada que atingiu o pulmão dele. Eu pensei que ele não tivesse morrido. Ele mesmo furado continuava em cima de, mas ele me soltou e saiu caminhando deu quatro passadas e caiu de bruços no chão. Quando eu fui tentar correr, a população que antes não havia me ajudado, que viu eu sendo agredida e nada fez para evitar a confusão, correram atrás de mim e me seguraram e também não tinha mais forças para lutar pois eu estava cansada. Quando eu estava apanhando ninguém fez nada, mas quando eu cometi o deleito todos vieram pra cima de mim, me seguraram e chamaram a polícia. Na minha última audiência, o juiz perguntou aos policiais que atenderam a ocorrência, se a população havia relado que eu estava sendo agredida antes. Aí um dos policiais disse, que havia sido agredida primeiro. Então, juiz me deu o alvará de soltura, pois entendeu que foi em legítima defesa. Eu passei um ano presa. Quando completou um ano, o advogado disse que estava na hora do juiz conceder a liberdade provisória. Eu era réu primário aí concederam a liberdade, mas faz um ano e três meses que eu assino o papel da liberdade provisória, todo mês eu assino. Eu posso estar onde for, faça chuva, faça sol, eu estando bruxa ou não, eu vou assinar esses papeis, pois eu sei o que passei no presídio.

Fiz questão de colocar a narrativa na íntegra para permitir que Judith contasse sua versão, pois, como falei anteriormente, não temos o intuito de descobrir verdades, mas as histórias de vida das colaboradoras. Assim sendo, retomo o diálogo identificando as covardias da população que até então encontravasse imóvel; deteram Judith quando esta já havia cometido o assassinato, mas enquanto ela foi vítima, todos permaneceram na neutralidade dos covardes.

Esses atos de neutralidade quando uma mulher, seja ela trans ou cis, está sendo violentada ou abusada é muito comum nessa sociedade medriocemente sexista. Continuam

utilizando-se de argumentos pífios e frases que já deveriam ter caído no desuso, como a máxima: “Briga de marido e mulher não se mete a colher”. Considerando que os movimentos feministas já se encarregaram de modificar algumas palavras da frase, expressando em cada palavra a sororidade de que tanto precisamos. A nova frase de ordem é: “Em briga de marido e mulher, a gente salva a mulher”. Nas considerações de Pereira (2007, p. 463), “A articulação violenta é paradigmática da economia simbólica dos regimes de status, exercendo papel central na reprodução da ordem de gênero. Dessa forma, fica evidente que a moral e o costume são indissociáveis da dimensão violenta do regime hierárquico.”, mantendo viva a cultura do machismo e fomentando as opressões de gênero.

Durante 1 ano, Judith ficou presa esperando julgamento. A juíza a liberou para ela responder em liberdade, mas indo assinar mensalmente no fórum. Durante toda a conversa, Judith emocionava-se, eram perceptíveis as mágoas, as inúmeras dores introduzidas no seu corpo feminilizado que ousa sobreviver nessa sociedade sexista em que “o Estado entrega com uma mão aquilo que já retirou com a outra: cria uma lei que defende as mulheres da violência à qual estão expostas porque esse mesmo Estado já destruiu as instituições e o tecido comunitário que as protegia” (PEREIRA, 2007, p.11). O corpo feminino já nasce condenado e depois de mais de 2 milênios sendo violentado e vitimizado, ainda não é o bastante para essa sociedade homofóbica, transfóbica, misógina, racista e sexista parar de nos matar.

Ouvir as narrativas, transcrevê-las e posteriormente inseri-las nesse trabalho é sofrer repetidas vezes, mas esse sofrimento não é suficiente para me paralisar. Essas dores me encorajam a dar voz a essas mulheres nessa pesquisa, contar e recontar suas histórias de vida nos faz caminhar sobre brasas, mas eu bem sei que não existe um caminho seguro para nós mulheres, nem mesmo nas trilhas dos trabalhos acadêmicos.

Ao final do rápido passeio pela casa e das conversas, combinei com Judith que eu retornaria para uma outra conversa mais tranquila, expliquei que eu estava escrevendo mais um trabalho para a faculdade e que precisava entrevistá-la. Prontamente, ela se disponibilizou a ajudar. Trocamos os contatos do whatsapp e passamos a conversar com mais frequência. O uso de aparelho celular ainda é algo muito restrito entre as pessoas em situação de rua; quase ninguém possui aparelhos celulares, pois devido à dependência química eles não conseguem acumular bens, tudo tem valor de venda e troca. Num desses bate-papos, Judith me pediu para conseguir algumas coisas de higiene pessoal e roupas.

Passadas duas semanas, retornei à praça, pois havíamos combinado de tomar um café. Ao chegar no local, só encontrei o sr. Jorge, que estava organizando o seu carrinho de

reciclagem. Ao perguntar por Judith, ele me disse que ela estava dormindo dentro da quadra, local onde foram montados os dormitórios, porque durante o período de pandemia os jogos que aconteciam na quadra esportiva foram suspensos. E de uma certa forma, eles se sentem mais protegidos pelas muretas quando chega a noite e eles precisam dormir; no cantinho, um pequeno espaço foi montado para o repouso diário. Havia uma rede armada com cordas entre as grades do alambrado da quadra esportiva e uma mangueira.

Ao me aproximar, chamei por Judith e ela saltou da rede e foi me receber, estava tirando um cochilo. Do lado da sua rede havia uma espécie de cabine elaborada com pedaços de madeira e plásticos, dentro havia um colchão de solteiro e uma pessoa dormindo, era o companheiro dela. Eu não me aproximei muito, em respeito à privacidade alheia. Eu inclusive já conheço algumas regras da rua, uma delas é o respeito à privacidade, principalmente quando eles estão se alimentando e dormindo, esse momento para eles é de muito respeito e não gostam de serem importunados. A regra é clara, eles “passam o trem” em quem ousar desrespeitar os voluntários ou criar algum tipo de problema na hora das distribuições de alimentos e outros. Antes de tirar o celular da bolsa, pedi autorização para fotografar o espaço mesmo de longe, e ela autorizou.

Figura 13 – Dormitório improvisado dentro da quadra de esporte



Fonte: Freire (2021).

Essa espécie de cabine para além de proteger nos dias chuvosos também tem o objetivo de tornar privados os momentos da intimidade do casal, garantindo o mínimo de privacidade. Segundo Judith:

É o ó mulher, a gente transar na rua. Toda hora a gente fica olhando se vem alguém, tem que ser rápido e sem barulhos. Num dá nem pra fazer as posições naquele aperto, é sempre do mesmo jeito. (risos) O boy chega já naquela né, a gente só faz se virar e pronto, as coisa acontece, mas é melhor que deixar o boy na mão né?

Nessa busca por garantia da privacidade revelam-se algumas regras que aprendemos ainda na infância, e segundo Damatta (1991, p. 30):

Por tudo isso, não se pode misturar com o espaço da rua com o da casa sem criar alguma forma de grave confusão ou até mesmo conflito. Sabemos e aprendemos muito cedo que certas coisas só podem ser feitas em casa e mesmo assim, dentro de alguns dos seus espaços. A sugestão é suficiente para provocar risos ou mal-estar, sinal marcante de que temos dentro da própria casa uma rigorosa gramática de espaços e naturalmente de ações e reações.

Nas palavras de Judith, identificamos esse mal-estar provocado pelo ambiente da rua, pela exposição da vida íntima e pela necessidade da privacidade. Ainda que seja construído por pedaços de madeiras, plásticos e papelões, o espaço da casa pode proporcionar uma certa significação dessa privacidade que garante a boa conduta social.

Após fotografar o dormitório, nos dirigimos para o espaço da cozinha que fica fora da quadra esportiva. Judith se encarregou de pedir ao seu Jorge para fazer o café, na verdade já havia um café feito na garrafa, mas tinha sido feito pela manhã e já estava frio. Judith queria me oferecer um café fresquinho, sr. Jorge atendeu prontamente ao pedido dela e foi preparar o fogo à lenha, mas antes, se certificou como eu preferia o café: “A senhora gosta doce ou amargo? forte ou fraco?” Respondi que prefiro forte e amargo. Ele deu risadas e me disse que naquela manhã devido à forte chuva e à dificuldade para acender o fogo com a madeira molhada ele havia errado o ponto do café e fez doce e fraco: “Ainda bem que a senhora não veio de manhã.”

Figura 14 – Fogão a lenha



Fonte: Freire (2021).

Enquanto sr. Jorge preparava o café, Judith trouxe uma cadeira preguiçosa para eu sentar, e sempre muito cuidadosa ficava me pedindo pra não ficar muito perto do fogo por causa da fumaça. A preocupação era que eu ficasse com o cheiro da fumaça nas roupas e nos cabelos. Esses cuidados que praticamente só nós mulheres temos e inúmeras vezes passam despercebidos pelos homens. O cheiro de café atraiu outras pessoas que estavam ali próximas, alguns colegas de rua e alguns pesquisadores do curso de engenharia civil.

Figura 15 – Sr. Jorge preparando o café



Fonte: Freire (2021).

Os amigos, que também se encontram em situações de rua, logo sentaram na mesa para aguardar o café, enquanto o grupo de pesquisadores explicava seus interesses e pedia autorização para fotografar o ambiente. Judith me pediu licença para acompanhar o grupo e mostrar os ambientes. Eu fiquei acompanhando o trabalho do grupo sem me aproximar muito. sr. Jorge terminou de preparar o café, pedi para ele colocar o meu café na minha caneca que costumo carregar na mochila pra evitar usar copos descartáveis nas ruas.

O café estava perfeitamente no ponto, fiz elogios e todas as pessoas do curso de Engenharia pararam para observar aquele gesto. Talvez para eles era algo inusitado, uma mulher que aparentava não ser moradora daquele ambiente aceitando o café preparado ali, em um ambiente pouco propício para a manipulação de alimentos e em fogão improvisado com duas pedras e um pedaço de grade metálica; as panelas pretas da fumaça podem aparentar falta de higiene, para quem desconhece a dureza de se cozinhar no fogo à lenha, e os potes descartáveis sendo utilizados como panelas podem causar ainda uma certa estranheza para quem está acostumado com o conforto de um lar.

Figura 16 – Bancada e utensílios improvisados para o preparo do café



Fonte: Freire (2021).

O sr. Jorge ofereceu café para os outros visitantes; alguns aceitaram, não sei se de bom grado ou por receio de fazer uma desfeita. Nesse momento, ouvi um dos rapazes do grupo perguntando sobre a minha pessoa. Judith explicou que eu também era estudante e estava ali para fazer uma entrevista com ela; uma das moças se aproximou e conversamos sobre nossos interesses distintos. O interesse deles estava apenas na construção da casa,

especificamente na elaboração do ambiente; era a utilização de materiais diversos para edificá-lo. E o meu interesse está na histórias de vida, nas estratégias de sobrevivência e na singularidade e nas subjetividades dos habitantes do local.

A câmera fotográfica deles registrava os detalhes da construção, a elaboração do telhado feito com lonas e pedaços de plásticos e das paredes improvisadas com tapumes e panos velhos. Enquanto a minha lente registrava o óbvio e as ressignificações contidas em cada detalhe do ambiente doméstico. Na foto abaixo, bem perto do fogão à lenha, sobre uma coluna de alvenaria, eu pude perceber um símbolo da anarquia feminina pichado de branco, logo acima estava escrito: “Cuida”, em vermelho. Era um registro antigo deixado durante algum ato político, mas naquele momento me fez refletir sobre a frase do movimento feminista “O lugar de mulher é onde ela quiser!”. Era uma coincidência muito grande encontrar aquele símbolo bem perto do fogão, local que ainda aprisiona as mulheres a um sistema de valores e de poder.

Figura 17 – Parede com frases simbólicas



Fonte: Freire (2021).

Aproveitei a oportunidade para conversar com Judith e os demais companheiros em situação de rua que apareceram no final da tarde, entramos pela noite falando de política, da precarização dos direitos da Pop Rua neste novo governo e sobre as dificuldades

enfrentadas durante a pandemia. Judith me falou sobre o auxílio emergencial que vinha recebendo:

Eu recebo o auxílio de 600 reais, tô tentando juntar um poquim pra alugar uma kitnet, aqui na rua num me sinto segura, a gente só dorme com medo, tem as facções, tem as pessoas que passa nos carro de madrugada. É pouco o auxílio, porque eu compro pão todo dia, eu num tenho pena de gastar cum comida não mulher, eu gastava com droga num era? Ainda tem meu sabonete, shampoo, aí fico sem nada.

Durante a pandemia, a população de rua se deparou com várias problemáticas que não se resolveram com o auxílio emergencial, que tem prazo determinado para acabar. Também conversamos sobre as vacinas e a importância de não perder a vacinação, mas Judith já havia perdido a chance de se vacinar, ela justificou:

Mulher, eu fui no posto daqui, mas eu tava sem documentos a mulher de lá não fez meu cadastro. Eu nem sabia do caminhão que foi pra Ferreira, perdi também. Agora vou esperar chegar minha identidade, eu já tirei. Mas eu acho que a gente num pega mais não né? A gente já vive nessa miséria, a gente já tem é anticorpos (risos).

O caminhão a que ela se refere é o caminhão do Cidadão, unidade móvel da Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS), que esteve na praça do Ferreira tirando a documentação da Pop Rua para que os mesmos pudessem realizar o cadastro na plataforma de vacinação do SUS e tomassem a primeira dose de vacina logo em seguida. Ao longo daquela tarde de conversação, o café foi o nosso combustível durante horas. Como meu caminho de volta para casa é longo, me despedi deles por volta das 19 horas e combinei de voltar uma outra tarde.

Mas, antes mesmo de remarcar nosso novo encontro, fui surpreendida certa noite com mensagens da Judith no whatsapp que me pedia ajuda; o companheiro dela havia batido nela e ele tinha sido expulso da casa. Porque uma regra muito explícita exposta pela facção que domina naquela área é: “não causar problemas na praça para evitar a presença da polícia no local”. É proibido o uso de drogas no local ou qualquer tipo de confusão. Porque essa mesma praça ano passado foi o cenário de dois atos violentos, duas pessoas em situação de rua foram assassinadas de forma brutal dentro da quadra esportiva e uma equipe da polícia passou a frequentar mais o ambiente, impossibilitando, assim, o tráfico de drogas daquela área, prejudicando as facções.

O companheiro de Judith, antes de ser expulso, a ameaçou de morte e ela estava temendo pela própria vida. Tentei acalmá-la no momento e disse que iria ajudá-la dentro da

medida do possível. Judith queria ajuda financeira para alugar um local para dormir com segurança; as ruas agora lhes parecem bem mais perigosas devido às ameaças de morte recebidas. Ela já vinha guardando umas economias que conseguiu com a reciclagem e o auxílio emergencial do governo federal, que vem recebendo por ser beneficiária do bolsa família. Dias depois, ela voltou a me enviar mensagens, agora era pra me avisar que tinha conseguido alugar uma kitnet e precisava de objetos para mobiliar e conseguir viver num espaço mais seguro.

Figura 18 – Kitnet alugado por Judith, composto com seus primeiros objetos



Fonte: Freire (2021).

Junto com alguns amigos consegui arrecadar objetos usados para ajudá-la a compor a sua nova casa e fomos entregar em seu novo endereço. Aproveitei para conversar com ela sobre esse término de forma tão violenta e fazer algumas perguntas sobre a sexualidade e o corpo das mulheres em situação de rua, porque no nosso último encontro não tinha sido possível devido à presença de outras pessoas no local. Nesse dia em que fui conhecer seu novo lar, encontrei Judith voltando de um trabalho informal, ela estava

trabalhando como auxiliar de cozinha para uma senhora que vende refeições. Naquela tarde, ela havia ganhado 30 reais e um pouco de feijoada que trazia num pote de plástico.

A sua nova residência fica na mesma rua da praça, e é cercada por condomínios residenciais. É uma residência bem modesta, composta por várias kitnets em diversos andares. A kitnet de Judith é composta por dois compartimentos, um banheiro e um cômodo que deve medir uns quatro metros de comprimento por uns três metros de largura, mas já estava bem apertadinho com a quantidade de móveis que ela conseguiu nos últimos dias. Seu lar já possui uma cama de solteiro, um armário de cozinha, uma mesa com duas cadeiras, uma mala com seus pertences e suas roupas, um fogão elétrico, uma geladeira usada que ela conseguiu comprar com o dinheiro do trabalho de auxiliar de cozinha e muitos utensílios domésticos. E mais uma vez, Judith nos fez a gentileza de preparar um café fresquinho durante nossa conversa; a alegria de nos receber no seu novo lar e nos servir café em xícaras era perceptível.

Figura 19 – Kitnet de Judith mobiliado com objetos de doações e outros comprados com o dinheiro dos “Corre”



Fonte: Freire (2021).

Judith estava muito contente com sua nova moradia. Enquanto organizava num armário velho os itens da cesta básica que levamos, nos contou que também havia um segundo motivo para tamanha felicidade: ela conseguiu solicitar a expedição de seu novo registro geral (RG), desta vez com seu nome social. Esse era um direito que há anos ela tentava conseguir com a ajuda da equipe de profissionais do Centro POP, um grande empecílio era ela não ser natural de Fortaleza, isso dificultava a expedição de uma segunda via da certidão de nascimento, documento exigido para a confecção do RG.

Figura 20 –Judith organizando no armário os alimentos da cesta básica que levamos pra ela



Fonte: Freire (2021).

A população em situação de rua é cercada por problemáticas que impossibilitam a expedição de documentação. A maioria vive como indigentes, alguns preferem ficar sem documentação propositalmente para evitar problemas com a justiça e dificultar a própria identificação. O problema é que a falta de documentação acarreta uma série de outros problemas, como, por exemplo, a não inclusão em programas de benefícios sociais.

E agora durante a pandemia de coronavírus tudo ficou mais complicado de se resolver sem documentação, desde a inclusão no programa de auxílio emergencial até o cadastro de vacinação contra a COVID-19. Judith prometeu me mostrar o documento assim

que ela receber, a confecção do RG demora dez dias úteis, mas já estamos ansiosas para comemorar essa conquista tão importante, não só para ela, mas para toda a população LGBTQIA+.

Quando iniciamos a entrevista, perguntei à Judith qual era seu maior medo e porque teve tanta pressa em alugar uma kitnet, e ela me disse:

Patrícia, ele era violento mulher, já me bateu outras vezes e agora me ameaçou de morte, eu tenho medo mulher que ele toque fogo em mim de noite, quando eu tiver durmino, eu não confio não mulher, eu nem sei pra onde ele foi, mas se ele voltar vai querer cumprir a ameaça, eu que num vou esperar né?.

Estas são apenas algumas das vulnerabilidades a que Judith está exposta, aproveitei o momento para indagar o motivo da separação e segundo ela:

Foi as ignorância dele mulher, vivia me tratando mal mulher, eu aguentava era muita coisa calada, eu cansei, num quero mais não, eu já deixei ele outra vez por causa disso também, quem é que aguenta apanhar e viver sendo maltratada né, mas dessa vez eu fiquei com mais medo por cauda da ameaça de morte, eu num confio não, ele já tá acostumado a puxar cadeia, ta dizendo é nada ser preso pra ele né?

O companheiro de Judith estava utilizando tornozeleira eletrônica na última vez que o vi, ele já responde a alguns processos de assalto à mão armada e essa era a segunda vez que eles se relacionavam. Na primeira vez, eles se separaram porque ele foi preso e Judith perdeu o contato com ele na prisão. A vida afetiva nas ruas é cheia de cobranças e ciúmes; um companheiro nas ruas chega a exigir muito das mulheres, até mesmo para expressar dominação e machismo.

Nas considerações de Pereira (2007, p.1), “O lugar da violação, como cobrança rigorosa, forçada e naturalizada de um tributo sexual, na reprodução da economia simbólica de poder, cuja marca é o gênero. A violação, portanto, atua nos ciclos regulares de restauração desse poder.” Por isso, a dominação masculina também manifesta-se entre os homens em situação de rua, porque não importa em que situação social se encontre o homem, ele continua reproduzindo a sua superioridade ao tentar manter um determinado tipo de poder sobre as mulheres com quem se relacionam e nisso percebemos a perpetuação das violências no submundo das ruas.

3 CORPO A CORPO COM AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA

“Aos que desprezam o corpo quero dizer a minha opinião. O que devem fazer não é mudar o preceito, mas simplesmente despedirem-se do seu próprio corpo, e por conseguinte, ficarem mudos.” (Nietzsche)

3.1 A banalização do corpo feminino em situação de rua

A vida feminina na rua torna-se ainda mais precária quando essas mulheres, que romperam com a violência nos ambientes familiares e domésticos, passam a reencontrá-la não somente nas ruas, mas nas instituições de acolhimento e nas estruturas dessa sociedade sexista e racista que banaliza as violações do corpo feminino. Para Segato (2012, p. 6), “A humanidade testemunha hoje um momento de tenebrosas e cruéis inovações na forma de vitimar os corpos femininos e feminizados, uma crueldade que se difunde e se expande sem contenção.”

Essa crueldade também se expande no espaço da rua quando resignificam e difamam as mulheres a ponto de rotulá-las de forma depreciativa como sendo: bêbadas, prostitutas, drogadas, nóias, biscates, mendigas, vagabundas, putas, ladras e outros. A palavra “mulher” na rua, assim como em toda sociedade, é um signo que as define, um signo de controle social, tanto para as religiões como para os Estados (TIBURI, 2018), tornando-as meras vítimas do patriarcado e reduzindo-as a pobre coitadas, é o corpo feminino historicamente submisso e mais uma vez sendo abusado pelas crenças imutáveis do machismo.

No dia 01 de junho de 2021, marquei de encontrar uma amiga na Praça do Ferreira para lhe entregar uma encomenda do coletivo de mulheres artesãs da periferia, que produzem artesanatos como fonte de renda e resistência em tempos de pandemia. Ao chegar no local combinado para realizar a entrega, vi duas mulheres sentadas no chão, a mais velha estava com uma criança no colo e a outra encostada num poste, ambas cercadas por olhares de pessoas que não as viam, visto que seus corpos são diariamente invisibilizados. Segundo Hooks (2020b), a pobreza se tornou uma questão feminina central e, por isso, as mulheres pobres e indigentes são privadas das necessidades mais básicas da vida: abrigo e comida, forçando-as a ficarem nas calçadas em busca do que lhes é negado.

praça do Ferreira



Fonte: Freire (2021).

Ao me aproximar, Márcia, 31 anos, mulher em situação de rua que conheci no CC, estava sentada ao lado de sua mãe, que também sobrevive há décadas nas ruas, ficou a me olhar, tentando me reconhecer, mas o uso da máscara dificultou seus esforços. Somente quando a chamei pelo nome ela reconheceu minha voz e num impulso levantou do chão e abraçou-me. Não pude evitar o abraço. Em meio à pandemia de coronavírus, abraçar é um ato perigoso, com alto risco de contaminação, principalmente porque ela não estava usando máscaras, mas o que eu poderia fazer? Aquele abraço arriscado estava carregado de afetos e carências, não demorou muito para as lágrimas saltarem dos olhos e em prantos ela começou a me contar sobre seus dias.

Nesse momento, todos os olhos despertaram e direcionaram os olhares para aquela cena absurda, uma vez que estávamos violando as regras de distanciamento e cuidados sanitários, e, como juízes, nos condenaram com flexas nos olhos direcionadas principalmente para mim. Acredito que as pessoas se perguntavam da minha coragem, confesso que o medo do coronavírus era grande, mas naquele momento eu não encontrei outra alternativa, a não ser retribuir o abraço, naquele corpo cansado, marginalizado, ansioso por afetos e acolhimento. Foram alguns minutos de confidências das dores aprisionadas ao corpo abandonado em meio às multidões, rompíamos ali com o silêncio dos oprimidos.

A descrição desse momento torna-se necessária para compreendermos a banalização do desprezo aos corpos urbanos e o espanto a qualquer tipo de aproximação dos transeuntes, a ponto de despertar olhares condenadores, falas repugnantes e estranheza nos gestos e nos atos mais banais; abraçar e acolher aquela mulher miserável que a sociedade insiste em descartá-la tornou-se um perigo bem maior que a própria COVID-19.

Na foto mostrada anteriormente, é possível perceber a banalização do abandono dos corpos femininos, da miséria que os cercam e das discriminações que os descartam em meio às praças, aos becos e às favelas. Nas palavras de Goellner (2013, p. 30):

Pensar o corpo como algo produzido na e pela cultura é, simultaneamente, um desafio e uma necessidade. Um desafio porque rompe, de certa forma, com o olhar naturalista sobre o qual muitas vezes o corpo é observado, explicado, classificado e tratado. Uma necessidade porque ao desnaturalizá-lo revela, sobretudo, que o corpo é histórico. Isto é, mais do que um dado natural cuja materialidade nos presentifica no mundo, o corpo é uma construção sobre a qual são conferidas diferentes marcas em diferentes tempos, espaços, conjunturas econômicas, grupos sociais, étnicos, etc. Não é portanto algo dado a priori nem mesmo universal: o corpo é provisório, mutável e mutante, suscetível a inúmeras intervenções consoante o desenvolvimento científico e tecnológico de cada cultura bem como suas leis, seus códigos morais, as representações que cria sobre os corpos, os discursos que sobre ele produz e reproduz.

As praças são uma espécie de laboratório que historicamente elabora as representações que cria sobre os corpos; local onde os corpos são observados, explicados, classificados e tratados, remetendo a um passado não tão distante do período escravagista, quando os corpos negros eram expostos em palanques nas feiras para serem vendidos. E agora, não estão mais à venda? Por que não? Ainda há quem os desejem? Aqueles corpos marginalizados ainda despertam interesses? Já bem dizia a cantora Elza Soares (na letra da canção: A carne): “A carne mais barata do mercado é a carne negra.”

E quando essa carne negra é feminina ela é muito mais acessível, e numa espécie de rapinagem comercializam os corpos femininos de forma tão barata que o preço despenca, chegando a dois ou no máximo três dígitos. Engana-se quem ousa a pensar que aqueles corpos esquecidos, frequentemente ignorados e rejeitados, não despertam desejos carnis. Nas considerações de Segato (2012, p. 6),

A rapinagem sobre o feminino se manifesta tanto sob as formas de destruição corporal sem precedentes, como sob as formas de tráfico e comercialização de tudo que estes corpos podem oferecer, até ao seu limite. A ocupação depredadora dos corpos femininos ou feminizados se pratica como nunca até aqui e, nesta etapa apocalíptica da humanidade, espolia até deixar somente restos.

A dominação masculina sobre os corpos das mulheres lhes espoliam, lhes roubam a autonomia sobre seus desejos, seus prazeres e obriga muitas vezes as mulheres em situação de rua a trocarem carícias por bens materiais ou prostituir seus corpos como única forma de sobrevivência. Os homens que as procuram costumeiramente são aqueles que pagam muito barato; homens pobres, trabalhadores autônomos, trabalhadores com baixos salários e bêbados que se aproveitam da situação de pobreza e abandono para satisfazerem seus desejos sexuais; muitas vezes são abusivos, recusam-se a tomar qualquer tipo de cuidado durante a relação sexual, pouco lhes importam uma gravidez indesejada ou doenças sexualmente transmissíveis, porque muito provavelmente eles não terão mais acesso àqueles corpos que circulam e vivem conforme o tempo e o espaço.

Márcia, em meio às lágrimas, contou-me que estava novamente tratando da sífilis, doença sexualmente transmissível que mais acomete as mulheres em situação de rua. E essa não seria a primeira vez que ela havia abandonado o tratamento e precisava retornar ao posto de saúde para fazer novos exames e acompanhar a evolução da doença. Ela tem consciência da gravidade da doença, já tratou outras vezes, mas agora durante a pandemia o acesso ao posto de saúde ficou ainda mais limitado e os corpos das mulheres em situação de rua sentem de forma agravante a precariedade do sistema único de saúde (SUS). Infelizmente, não gravei a conversa que tive com Márcia, pois não estava na rua realizando visita de campo, sendo assim, não tenho suas narrativas; descrevi o encontro, partindo do que guardei na memória.

Contudo o corpo feminino que sobrevive nas calçadas, mesmo adoecido, tem maior valia entre seus pares. Como nas ruas o número de mulheres é significativamente inferior ao quantitativo masculino, muitos chegam a disputar por uma companheira. Já vi casais se formarem através das formas mais absurdas de sedução; conheci casos em que o homem furtava lanches para seduzir a mulher, outros furtavam objetos em lojas e presenteavam a pretendente. Já outros assumiram o papel de pai das crianças, outros assaltavam mulheres transeuntes nas ruas do Centro e davam as bolsas roubadas para as companheiras; cheguei a presenciar uma mulher em situação de rua ganhando uma bolsa roubada, a felicidade foi tamanha, ela abriu a bolsa rapidamente para matar a curiosidade e descobrir o que havia de interessante no seu interior.

Fiquei durante alguns minutos observando o comportamento dela e percebi que as maquiagens encontradas na bolsa mexeram com a vaidade feminina que se escondia temporariamente em meio à miséria. Na bolsa também continha um estojo com materiais escolares, lápis, canetas coloridas e outros. Esse estojo em especial ela me ofereceu como

presente: “Essa bolsinha é a sua cara Patrícia, tu que gosta de estudar, tem tudo aí, só coisa boa viu?” (risos). Mesmo percebendo o carinho, eu não pude aceitar o presente e de forma muito tranquila expliquei o motivo, não era desfeita, eu apenas não poderia receber por motivos de ética e princípios. Ela compreendeu, mesmo ficando triste com a minha atitude. De uma certa forma, os homens em situação de rua demonstram o seu lado romântico, se é que posso chamar assim essa forma avessa e materialista de se conquistar uma mulher.

Mas, no submundo das ruas em que os homens continuam precisando afirmar a masculinidade e a dominação sexista, talvez com muito mais frequência e acidez devido à grave situação de pobreza extrema em que se encontram e às demais vulnerabilidades sociais, incluindo a falta de acompanhamento psicológico para garantir-lhes a saúde mental e a redução de danos causados pelo uso abusivo de drogas. A criminalidade favorece ainda na elaboração do “sujeito homem”, exigindo que ele seja forte e insensível. A brutalidade passa a ser adquirida no cotidiano de violações e exercida contra as vítimas mais frágeis.

Diante da total precariedade, todas as formas de sedução para garantir uma companheira nas ruas são válidas. As mulheres percebem essa disputa, a valorização dada a elas no momento da conquista, e sabem da real necessidade de se manterem acompanhadas nas ruas para garantir sua segurança frente às inúmeras ameaças do cotidiano perigoso. Porém, as relações nas ruas não costumam ser duradouras, por diversos motivos, como: assassinatos, prisões, ameaças de morte, dívidas de drogas e outras circunstâncias que fazem seus companheiros abandonarem o local em que habitam. As mulheres também temem perder o companheiro para outras mulheres e com isso perdem algumas regalias garantidas por eles.

Sempre que nós pesquisadoras nos aproximamos dos homens em situação de rua, precisamos ficar atentas aos galanteios e aos ciúmes que possivelmente venhamos a despertar nas mulheres, ainda que sejam ciúmes involuntários causados por um simples aperto de mão, elas não nos perdoariam. Acredito que todas nós pesquisadoras em algum momento fomos surpreendidas com uma cantada, muitas vezes implícita nos diálogos ou através de um “disdobro” bem objetivo. Mas necessito confessar que sempre fui muito respeitada pelos homens em situação de rua, de tal forma que chego a desejar que os outros homens dessa sociedade tomem como exemplo tal respeito.

No entanto, eu reconheço a relação de poder que se instalou entre a gente. Eles ainda me olham como a educadora do C. C, a pessoa a quem eles aprenderam a respeitar ou por quem seriam punidos, de acordo com as regras da instituição. Também percebo a importância da minha presença nos espaços da rua; a minha pessoa representa acolhimento, escuta e algumas vezes até ajuda humanitária, pois sempre que possível levo algo para

distribuir entre eles. Geralmente, são produtos de higiene pessoal, alimentos, roupas usadas e objetos pessoais. Continuo mantendo as práticas adquiridas nos movimentos sociais, lutando contra as injustiças e amenizando a dor dos irmãos. Tudo isso acaba fortalecendo esse respeito, porque eles me veem em uma situação superior à deles.

Todos esses contatos diretos com a população em situação de rua vão revelando os processos que estão preocupados em vigiar, controlar, modelar e corrigir os corpos femininos e feminilizados, porque os corpos foram e são objeto da mais meticulosa atenção, não apenas das escolas, mas de várias instâncias sociais, então por que seriam diferente nas ruas? (LOURO, 2013, p. 9).

Nas ruas, seus corpos são como as águas dos rios, escorrem pelas ruas e calçadas, seguindo o fluxo, sem saberem o seu destino final, quem me dera ver essas mulheres se encontrando com um mar de justiça e com a verdadeira libertação de seus corpos e não estivessem vinculadas somente à libertação de uma organização social sexista que sistematicamente nega a todas as mulheres os direitos humanos na sua totalidade. (HOOKS, 2020a, p. 18).

3.2 Corpo imagem, a desmistificação da masculinização do corpo das mulheres em situação de rua

Essa é uma parte do trabalho que há anos anseio em escrever, desde o tempo em que trabalhei no Centro de Convivência para pessoas em situação de rua e realizava as atividades com o grupo de mulheres que me sinto intrigada para abordar esse assunto. Essa era uma temática muito corriqueira nos nossos encontros, porque as participantes sempre eram atraídas pelas atividades de cuidados pessoais, beleza e autoestima, contrariando a imagem do corpo masculinizado.

As atividades de manicure, maquiagem e relaxamento eram as mais procuradas, chegavam a reunir cerca de 25 mulheres, incluindo as travestis e as mulheres trans. Era nítido o interesse delas pelo cuidado com o corpo e a vaidade, talvez pelo fato de passarem dias bruxando e aquela atividade oportunizava o momento de se reestabelecer, de se reinventar, de recomeçar, de aumentar a autoestima, de conversar umas com as outras, de se reaproximarem fortalecendo os vínculos, de contarem suas angústias, de darem risadas das coisas mais bobas, de combinarem algo e se afastarem por alguns instantes da realidade fétida, cansativa, feia, suja, abusiva e destruidora. Evitando, de alguma forma, os olhares enojados da sociedade do descaso e da marginalização.

Figura 22 – Atividade de manicure com o grupo de mulheres cis e mulheres trans no C.C



Fonte: Freire (2015).

Nas minhas pesquisas de campo, eu também pude desmistificar esse tabu, essa crença, esse olhar ultrapassado de que as mulheres continuam se vestindo de homens, masculinizando-se para se protegerem dos abusos sexuais nas ruas. É impressionante como ainda vejo as pessoas utilizando esse discurso, reproduzindo essa falsa ideia que as mulheres ainda continuam utilizando dessa estratégia da masculinização do corpo para se protegerem.

É impossível concordar com tal argumento, diante da realidade que encontrei nas ruas durante minhas pesquisas de campo e o período em que atuei como educadora no C.C. Outro fato importante para se ressaltar é que quando tem doações de roupas e objetos pessoais masculinos, as mulheres não se interessam. Quando elas pegam algo é pensando nos companheiros delas.

Figura 23 – Mulher em situação de rua no dia da inauguração do novo espaço do C.C e Pousada Social



Fonte: Freire (2015).

Contudo, ainda encontramos em muitos trabalhos acadêmicos tal abordagem, e respeito esse posicionamento, porque talvez essa seja uma realidade das mulheres em outras cidades, provavelmente do sul. Mas aqui na cidade de Fortaleza, ou mais precisamente na praça do Ferreira e da Gentilândia, eu desconheço esses tipos de práticas. Nas considerações de Louro (2013, p. 9), os corpos são alvo central de inúmeras pedagogias culturais que, além das instituições escolares e por vezes de forma mais sedutora e eficiente do que essas, veiculam saberes, tabus; produzem e reproduzem valores e, efetivamente, acabam por engendrar os sujeitos sociais.

Durante esse período de sete anos em que pude ter acesso e desenvolver pesquisas com a população em situação de rua, não consegui vincular a imagem masculinizada ao corpo das mulheres porque nunca encontrei nenhuma mulher utilizando vestimentas masculinas por essa motivação, pelo contrário, sempre as encontro com roupas bem femininas e algumas até de forma bem sensuais, muito embora seja importante ressaltar que a sensualidade é inerente à orientação sexual e ao gênero. Poucas mulheres usam roupas mais longas, geralmente só as senhoras de meia idade e as idosas se vestem com mais puritanismo.

Figura 24 – Judith, após recolher as roupas do varal



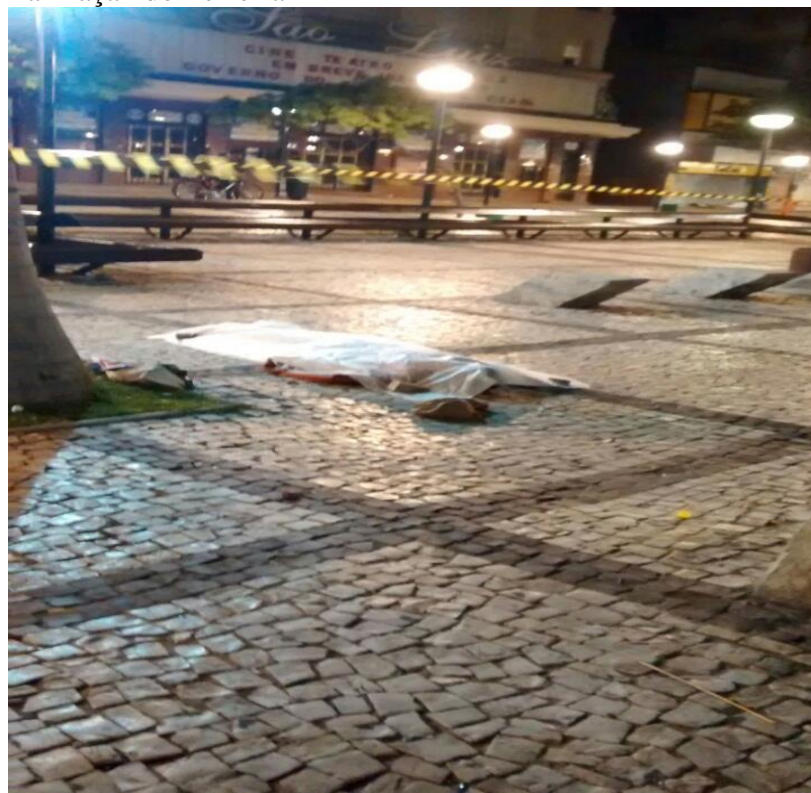
Fonte: Freire (2021).

Em épocas chuvosas é comum encontrarmos as mulheres vestidas com os blusões ou as camisetas masculinas, por serem roupas que ajudam a proteger seus corpos quando está frio ou quando estão doentes, com febre. Fora essas ocasiões, eu desconheço esse tipo de prática, até porque a justiça popular costuma condenar o crime de estupro da forma mais cruel que o ser humano pode imaginar, eles “passam o trem.” Nesse sentido, recorro ao aporte teórico disposto em Foucault (2016, p. 96):

No caso de uma justiça popular, não há três elementos, há as massas e os seus inimigos. Em seguida, as massas, quando reconhecem em alguém um inimigo, quando decidem castigar esse inimigo – ou reeducá-lo – não se referem a uma ideia universal abstrata de justiça, referem-se somente a própria experiência, à dos danos que sofreram, da maneira como foram lesadas, como foram oprimidas. Enfim, a decisão delas não é uma decisão de autoridade, quer dizer, elas não se apóiam em um aparelho de Estado que tem a capacidade de impor decisões. Elas as executam pura e simplesmente.

As massas não precisam de uma instância que normalize o curso da justiça popular, elas simplesmente executam de forma rápida e cruel, sem permitir que o acusado de estupro tenha direito à defesa. No caso da população em situação de rua, assim como toda a sociedade, ela não consegue erradicar o crime de estupro, mas reduzir os números de casos, porque ela possui a capacidade de resolver as contradições internas através de uma decisão com poder executório. É uma das formas mais cruas de transgressão das leis, é a inversão da ordem e do poder adotado pela lei da sobrevivência no submundo das ruas (FOUCAULT, 2016).

Figura 25 – Vítima de homicídio cometido pela justiça popular na Praça do Ferreira



Fonte: Freire (2015).

Esse poder da justiça popular acaba por vezes garantindo que as mulheres não precisem se masculinizar para se protegerem de algumas violações. Essa mecânica do poder, na sua forma capilar de existir, atinge os corpos, inclui-se em seus gestos, em suas atitudes,

em seus discursos, em sua aprendizagem e em sua vida cotidiana. No entanto, esse poder pode recuar, deslocar-se, investir em outros locais e a batalha pela proteção do corpo feminino continua (FOUCAULT, 2016).

Enquanto estive no C.C, acompanhei muitos casos conflituosos envolvendo as mulheres, um deles foi a transferência de um segurança que trabalhava na portaria, após ser acusado por uma usuária do equipamento de ter passado em frente ao banheiro feminino enquanto ela tomava banho e ter tentado vê-la nua. Essa acusação gerou um grande conflito entre os homens em situação de rua e o segurança, chegando a ter agressões físicas e ameaça de morte, porque o ato de espionar mulheres é uma das práticas dos “duzentão” e é inaceitável nas ruas.

O segurança negou o ocorrido, mas nas ruas a palavra de uma mulher certas vezes tem seu peso. Quando a acusação está relacionada a tentativas de estupro ou a atos libidinosos, a palavra delas é uma flecha lançada. Até que se prove o contrário, a justiça popular já terá dado a sentença. Nas ruas e no cárcere, estuprador não “se cria”. Outro fato imperdoável é urinar na frente ou no ambiente das mulheres, essa atitude também está sujeita à sentença de morte.

Envolvidas numa ciranda de violações, as mulheres recorrem à manutenção da feminilidade do corpo, à nudez, à exaltação da beleza como estratégias necessárias para despertar o desejo daqueles que possam pagar pelas orgias e principalmente protegê-las das perversões. As condições de precariedade da vida nas ruas não apagam por completo a vaidade feminina; na primeira oportunidade, as mulheres querem ficar belas e perfumadas porque elas sabem que essa é uma forma de serem percebidas, de evitarem os olhares desprezíveis das pessoas que as olham com nojo. Nas palavras de Ângela, 29 anos:

A pior coisa é ser olhada com nojo, as pessoas tem nojo da gente, parece que a gente num é gente também. Quando a gente passa, eles cospe, vira a cara, isso dói. Elas num pensa que pode vim pará aqui também né? Eu num gosto de ficar suja não, mas quando eu tô bruxa né, a gente nem lembra de tomar baim, escová os dente, essas coisas né?.

Os corpos femininos do século XXI se encaixam perfeitamente no movimento da economia, no balanço das redes de comércios e das indústrias de belezas que socialmente, culturalmente e historicamente os fragmenta, regulando seus usos, suas normas e suas funções. Nos últimos anos, a mulher brasileira vem vivenciando diversas transformações físicas, vem sendo introduzida na malha fina da higiene corporal que, alimentada pela

revolução microbiológica, transformou-se numa radicalização compulsiva e ansiosa (PRIORE, 2000).

Mesmo as ruas sendo uma zona de sombra, os corpos femininos ainda insistem em se mostrarem à luz do dia; a magreza ativa devido ao uso abusivo de drogas não inibe algumas mulheres, elas expressam sensualidade nas mais diversas ocasiões, quer seja no momento do manguêio, quer seja na hora da fila das doações ou na hora de procurar um local seguro para dormir.

Figura 26 – Mulher em situação de rualização acordando numa calçada



Fonte: Freire (2015).

Por mais precária que seja a situação em que encontramos as mulheres é perceptível a feminilidade; suas roupas não refletem a imagem de mulheres românticas, recatadas e do lar, seguindo a imagem da mulher ideal que a sociedade conservadora impõe, tampouco masculinizam seus corpos. Nas ruas não existe a necessidade de conter o corpo dentro de sutiã ou cinta elástica, aprisionando-os às regras de comportamentos e perfeição. Somente algumas mulheres trans e travestis em situação de rua seguem à risca algumas regras impostas por essa cultura que padroniza a beleza. E na busca do corpo ampuheta correm o risco de deformação no contorno corporal e morte ao injetarem silicone industrial nas clínicas de fundo de quintal com a promessa de aumentar os seios e os glúteos.

O corpo feminilizado que sobrevive nas ruas está em constante movimento e quase sempre na contramão dos padrões de beleza ideais. São diversos os fatores que contribuem para o afastamento dessa cultura feminina das aparências, porém as mulheres em situação de rualização, assim como as demais que fazem parte dessa sociedade, desejam ser ou fazerem-se belas, nem que seja por um instante ou em alguma ocasião.

Figura 27 – Mulher em situação de rua se maquiando no C. C para ir encontrar o namorado



Fonte: Freire (2015).

Mesmo com as mazelas da pobreza extrema e a simplicidade das roupas que vestem, ainda é possível perceber o quanto as mulheres em situação de rua se esforçam para se tornarem atraentes. Essa busca pela vaidade, essa feminilidade representada minimamente através do uso de esmaltes nas unhas, bijuterias, adornos de cabelo e maquiagens, são práticas que regulam culturalmente e historicamente o uso, as normas e as funções dos corpos das mulheres. Manter a vaidade, o padrão de beleza exigido e a sensualidade feminina, tornou-se um culto. Mas nas ruas, geralmente, a manutenção dos cuidados com o corpo e a beleza é interrompida pelo uso abusivo de drogas e pela falta de locais para a higienização do corpo.

Figura 28 – Mulher em situação de rua após passar

a noite fazendo uso de crack



Fonte: Freire (2015).

O uso abusivo de drogas modifica os hábitos e a autoestima das mulheres, mas nem todas se entregam ao desleixo, algumas continuam cultuando a vaidade e o autocuidado com o corpo; nas ruas, é possível encontrar mulheres que carregam mochilas com kit's de higiene pessoal, maquiagens, bijuterias e outros.

Minha amiga Camila que pesquisou as travestis em situação de rua, chegou a ir comigo várias vezes para a visita de campo e ficou surpresa com os hábitos e a aparência de algumas mulheres em situação de rua. Algumas mulheres estavam bem vestidas, com a

higiene pessoal mantida e a autoestima elevada. No entanto, dias depois as reencontramos maltrapilhas, sujas, emocionalmente abaladas, porque ficaram dias internadas nas “bocas de fumo” do Oitão Preto, “bruxando”.

Figura 29 – Mulher em situação de rua debilitada devido ao uso abusivo de drogas



Fonte: Freire (2016).

São esses movimentos dos corpos femininos e feminilizados que me intrigam, que me fazem submergir no submundo das ruas, na busca de compreender porque a dor das mulheres nunca precede a dor dos homens e em cima disso se constrói um esteriótipo de mulher “forte”, deixando de ser vista como desumanizadora e tornando-se a nova marca da glória da mulher em situação de rua. E com base nessa falseta, as mulheres passam a procurar a sua dignidade não na libertação da opressão sexista, mas na própria capacidade de harmonizar, adaptar e lidar com situações difíceis (HOOKS, 2020).

4 A SEXUALIDADE DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA

A noite não adormece nos olhos das mulheres a lua fêmea, semelhante nossa, em vigília atenta vigia a nossa memória. A noite não adormece nos olhos das mulheres há mais olhos que sono onde lágrimas suspensas virgulam o lapso de nossas molhadas lembranças.

A noite não adormece nos olhos das mulheres vaginas abertas retêm e expulsam a vida donde Aínas, Nzingas, Ngambeles e outras meninas luas afastam delas e de nós os nossos cálices de lágrimas.

A noite não adormecerá jamais nos olhos das fêmeas pois do nosso sangue-mulher de nosso líquido lembradiço em cada gota que jorra um fio invisível e tônico pacientemente cose a rede.

(Conceição Evaristo)

4.1 O banimento da sexualidade das mulheres em situação de rua

Falar do banimento das manifestações da sexualidade das mulheres reconhecidas, segundo Frangella (2004, p. 72), como sendo corpos urbanos errantes é de uma responsabilidade desafiadora e necessária. Primeiro pela dificuldade de entrar nos subterrâneos das ruas, principalmente durante esse período de pandemia, e segundo pela complexidade e pelas subjetividades que perpassam os sujeitos.

Ainda segundo Foucault (1984, p. 72),

A experiência da sexualidade pode muito bem se distinguir, como figura histórica singular, da experiência cristã da ‘carne’: mas elas parecem ambas dominadas pelo princípio do ‘Homem de desejo.’ Mas, esse ‘homem de desejo’ reconhece que é objeto de uma preocupação moral e ética, quando enfrenta as agudas formas de interdições, obrigações e proibições.

Porque a interdição é uma coisa e a problematização moral é outra. E ambas permeiam os ambientes institucionais que acolhem as pessoas em situação de rualização, agravando ainda mais as vulnerabilidades em que estão inseridas.

A sexualidade das mulheres em situação de rua sempre foi alvo das políticas públicas de saúde e de Assistência Social, ambas possuem interesses específicos: controlar o comportamento e a vida reprodutiva da mulher pobre, marginalizada e ignorada diante de tantas outras políticas sociais que deveriam preocupar-se atentamente com a garantia dos seus direitos e a vida das mulheres na sua total integridade. No entanto, antes de lançar as

redes em águas mais profundas, considera-se de supra importância a compreensão do termo sexualidade e, para isso, recorre-se ao aporte teórico de Foucault (1984, p. 9-10):

O próprio termo “sexualidade” surgiu tardiamente, no início do século XIX. É um fato que não deve ser subestimado nem superinterpretado. Ele assinala algo diferente de um remanejamento de vocabulário; mas não marca, evidentemente, a brusca emergência, daquilo que se refere. O uso da palavra foi estabelecido em relação a outros fenômenos: o desenvolvimento de campos de conhecimentos diversos (que cobriram tanto os mecanismos biológicos da reprodução como as variantes individuais ou sociais do comportamento); a instauração de um conjunto de regras e de normas, em parte tradicionais em partes novas, e que se apóiam em instituições religiosas, judiciárias, pedagógicas e médicas; como também as mudanças no modo pelo qual os indivíduos são levados a dar sentido e valor à sua conduta, seus deveres, prazeres, sentimentos, sensações e sonhos. Em suma, tratava-se de ver de que maneira, nas sociedades ocidentais modernas, constitui-se uma “experiência” tal, que os indivíduos são levados a reconhecer-se como sujeitos de uma “sexualidade” que abre para campos de conhecimentos bastante diversos, e que articula num sistema de regras e coerções.

Vinculadas a esses sistemas de regras e coerções, as mulheres em situação de rua têm a sua sexualidade banida dentro das instituições que não acompanham os avanços desse século e continuam ancoradas no conservadorismo e no puritanismo imposto pela religiosidade e pela sociedade patriarcal. Nos locais de acolhimento para mulheres em situação de rua geralmente predominam o propósito do poder punitivo e das práticas disciplinares, deixando escapar entre os dedos das mãos da Assistência Social o processo de ressignificação da vida dessas mulheres, perpetuando a ciranda das violações em que estão inseridas. Nas considerações de Bronfenbrenner (2011, p. 646):

As instituições muitas vezes se caracterizam como um local de acúmulo de pessoas, com regras rígidas, de observação e punição de comportamentos. Não são acolhidas suas necessidades, individualidades e nem mesmo é valorizada a socialização entre as pessoas. A partir do momento em que se entra em uma dessas instituições, parece que a identidade das participantes é retirada ou perde valor. As necessidades individuais são desconsideradas em prol da coletividade. Prevaecem as regras de convivência, que convêm aos gestores ou funcionários.

Na Pousada Social em que fui educadora, as regras eram explicitamente desenvolvidas para a coletividade e sempre estavam baseadas no controle do comportamento e da sexualidade das mulheres. A pousada só disponibilizava para o público feminino um único quarto com dez camas, das 80 vagas disponíveis para a população em situação de rua. Isso depois do grupo de mulheres procurarem a coordenação do Centro de Convivência para intervir junto à Secretaria de Assistência social, que até então só vinha garantindo dormitórios para o público masculino.

Depois de uma tarde de reunião entre Coordenação do CC, representantes da célula de atenção e alta complexidade da Assistência Social e representantes do Movimento Nacional da População em situação de rua (MNPR), as mulheres em situação de rua conseguiram inicialmente esse único quarto, que muito em breve viraria uma ala feminina porque ganharia mais um quarto para também acolher as mulheres trans e travestis, garantindo, assim, 20 vagas para o público feminino. Esses dados foram coletados do diário de campo escrito durante o período trabalhado no C.C e na Pousada Social.

Figura 30 - Mulher em situação de rua inaugurando as camas do quarto feminino na Pousada Social



Fonte: Freire (2015).

Durante a inauguração do novo espaço da Pousada Social, as mulheres fizeram questão de deitar-se nas camas, colocaram seus objetos pessoais sobre seus respectivos leitos e comemoraram a conquista de um local seguro para descansar durante a noite. Na primeira noite em que dormiram no quarto, perceberam um problema que até então já tinha sido observado por toda a equipe. Nos quartos da Pousada Social não havia portas para garantir privacidade; essa estratégia tinha sido pensada no intuito de evitar os conflitos entre os usuários ou o uso de drogas dentro dos espaços, visto que, até então, só se havia pensado nos dormitórios masculinos.

Mas para o público feminino, aquela estratégia causou desconforto, as mulheres ficaram incomodadas com seus corpos expostos para todos os usuários do equipamento, inclusive para os funcionários. As mulheres então decidiram colocar um lençol sobre a grade do portão de proteção do quarto, para minimamente lhes garantir uma certa privacidade ao deleitar-se no novo espaço de acolhimento.

De início, isso causou um certo conflito entre os educadores do período noturno e as usuárias do equipamento. Os educadores temiam brigas entre elas ou uso de drogas, mas esse problema foi rapidamente contornado pelo Coordenador que acolheu a solicitação das mulheres para manter o lençol no portão do quarto. Elas alegaram que todos os homens, quando iam ao banheiro durante a madrugada, passavam pelo quarto das mulheres e acabavam olhando elas dormirem, e todas elas se sentiam incomodadas, por estarem muitas vezes relaxadas, com pouca roupa ou em posições que certamente lhes causariam constrangimento.

Mesmo as mulheres estando engajadas nessa luta por igualdade dentro da Pousada Social, ainda estava muito longe delas terem garantidos os seus direitos, principalmente nas suas individualidades e suas especificidades. Das várias regras impostas no local, a pior delas para as mulheres era a liberdade tolhida.

Elas reclamavam dos horários de entrada porque eram obrigadas a dormir muito cedo, e quase todas são notívagas. A hora de acordar também era um problema, para elas não fazia sentido madrugar para passar o dia na ociosidade. No entanto, para todas elas, o crucial era não poder dormir com o companheiro. Para Butler (2019), as mulheres em virtude de estarem condicionadas às regras do equipamento, tornavam-se sujeitos regulados por aquela estrutura política que forma, define, limita, proíbe, regulamenta, controla e até mesmo protege os indivíduos.

Esse regulamento dos sujeitos é uma realidade duramente enfrentada por outras mulheres em situação de rualização no sul do Brasil. Encontramos situações semelhantes num trabalho acadêmico sobre as violências intitucionais e estruturais, que relatava a liberdade tolhida nos albergues. Para isso, tomamos como testemunho a fala de uma mulher em situação de rua da cidade de Porto Alegre-Brasil, citada por Antoni e Munhós (2016, p. 646):

Não dá pra conversar com os homens (os alojamentos são separados por sexo)... não pode conversar alto lá, porque os outros querem dormir... tem que acordar muito cedo, às 5 horas, na rua não tem hora, tu podes dormir, é ruim que tu tem que ficar esperando na fila pra entrar (Daniele, 25 anos).

Contudo, percebemos que as relações de poder e controle estão ramificadas por todo o país, e é uma realidade experienciada pelas mulheres em situação de rualização que estão envoltas numa teia de violações, independentemente da localidade em que sobrevivem.

A Pousada Social de Fortaleza, assim como a do sul do país, acolhia casais, mas ambos dormiam em dormitórios diferentes. Essa separação do companheiro acabava por vezes não garantindo o acolhimento das mulheres, uma vez que foram inúmeras as noites em que elas se recusaram a dormir na pousada porque o companheiro não conseguia vaga no dormitório masculino ou quando elas pretendiam realizar suas atividades sexuais. Uma das regras para garantir sua vaga na pousada era não faltar sem justificativa, sendo necessário confirmar sua estadia sempre ao final do dia, garantindo sua cama no dormitório.

Figura 31 – Casal dormindo ao lado de uma banca de revista



Fonte: Freire (2021).

Na foto acima é possível visualizar a exposição da vida íntima de um casal, do corpo feminino em situação de rualização. E se nos atentarmos à forma como eles dormem abraçados, percebemos o desejo de manter os laços da relação afetiva e de segurança. O espaço ao lado de uma banca de revista lhes pareceu o local mais seguro, tornando-se o abrigo para pernoitar depois de terem seus direitos negados pelos espaços de acolhimento que os inserem nesse cotidiano de vulnerabilidades.

Através desse banimento dos casais nas Pousadas Sociais, eles acabam abandonando suas vagas pessoais para vivenciar sua vida afetiva e sexualidade nas ruas. Mesmo ficando expostos a vários contextos de violências enquanto dormem, tornam-se vítimas fáceis de crimes brutais, como nos casos de pessoas em situação de rua que foram queimadas vivas enquanto dormiam, este é um dos crimes bem recorrentes no nosso país.

Garantir o público na Pousada Social com essas regras de banimento da sexualidade era um desafio para a coordenação e para a equipe de assistentes sociais que atendiam os usuários do equipamento. Somente quando perceberam a evasão das mulheres, através de um forte indício, as camas do dormitório quase sempre vazias, eles pararam para ouvir os anseios delas, e o principal deles era poder dormir com seus companheiros.

Mais uma vez, a equipe de assistentes sociais se reuniu para elaborar uma nova regra que atendesse ao pedido das usuárias, porém, subordinava expressamente a mulher. A nova regra permitia que qualquer pessoa em situação de rua acompanhada ou não, que estivesse com vaga garantida na Pousada Social pudesse solicitar uma pernoite para vivenciar suas relações afetivas e sexuais fora do ambiente institucional sem que perdesse sua vaga no dia seguinte.

Talvez por estar vivenciando aquela realidade bem de perto, eu não pude perceber o tamanho do absurdo cometido principalmente contra os corpos, a vida afetiva e a sexualidade das mulheres. Muitas delas pediam a pernoite nos finais de semana para ficarem com seus companheiros nas ruas e acabavam não retornando para a Pousada Social. O banimento da sexualidade nos equipamentos de acolhimento para pessoas em situação de rua coaduna com a exposição da vida sexual e dos corpos das mulheres.

Ao pensar nessa nova regra de pernoite, a equipe de assistentes sociais acreditava ter encontrado a solução para a evasão das mulheres, porque o olhar para esse público sempre foi muito superficial, visto que a verdadeira problemática sempre estivesse exposta, nas praças e calçadas, mas nunca pensou-se, me incluo e me responsabilizo também enquanto educadora que atuava naquele espaço, em garantir minimamente e respeitosamente a sexualidade das mulheres, posto que, para garantir a sexualidade das mulheres, é necessário muito mais que uma liberação para pernoitar nas ruas, pois não bastam oficinas educativas contra doenças sexualmente transmissíveis e Aids ou simplesmente distribuir preservativos. É fundamental reconhecer a sexualidade como fonte vital dos sujeitos.

Hoje, com o olhar distanciado daquela dura realidade, é fácil compreender a urgência de políticas sociais focalizadas nas especificidades das mulheres em situação de rua. Bem como, também, percebe-se o quanto fomos impositores e controladores dos corpos e da

sexualidade de toda a população em situação de rua. Nunca nos atentamos para analisar frequentemente a individualidade das mulheres, enquanto “sujeitas” de desejo, tampouco para suas conflituosas relações afetivas e sexuais. Só agora é possível mensurar as agruras enfrentadas pelas mulheres em situação de realização que têm sua sexualidade tolhida e exposta nos locais mais impróprios, transformando o erótico em pornográfico. Para esclarecer a diferença entre erótico e pornográfico, recorro ao aporte teórico de Lorde (1984, p. 53-54):

O erótico é um recurso dentro de cada uma de nós, que paira num plano profundamente feminino e espiritual, firmemente enraizado no poder de nossos sentimentos impronunciados ou não reconhecidos[...] O erótico tem sido frequentemente difamado por homens e usado contra mulheres. Tem sido tornado na confusa, na trivial, na psicótica, na plastificada sensação. Por essa razão, temos frequentemente dado as costas à exploração e consideração do erótico como uma fonte de poder e informação, confundindo-o com seu oposto, o pornográfico. Mas pornografia é uma negação direta do poder do erótico, pois ela representa a supressão do verdadeiro sentir. Pornografia enfatiza sensação sem sentimento[...] A palavra erótico mesma vem da palavra grega eros, a personificação de amor em todos seus aspectos – nascido do Caos, e personificando poder criativo e harmonia. Quando falo do erótico, então, falo dele como uma afirmação da força vital de mulheres; daquela energia criativa empoderada, cujo conhecimento e uso nós estamos agora retomando em nossa linguagem, nossa história, nosso dançar, nosso amar, nosso trabalho, nossas vidas.

Essa plastificação da sexualidade das mulheres em situação de realização incapacita todas elas no processo da erotização, do conhecimento do próprio corpo e das manifestações do desejo. Essa opressão objetifica as mulheres e lhes rouba a completude que as empodera, porque a demanda erótica se ramifica entre as mais diversas áreas vitais de nossas vidas, para além do sexo. Então, somos ensinadas a separar a demanda erótica, não relacionando a nenhum outro prazer que não seja o da carne e do pecado (LORDE, 2021).

Tem se mostrado um grave problema para os equipamentos de acolhimentos para pessoas em situação de rua a manifestação da sexualidade, não lhes interessa se são necessidades intrínsecamente humanas, a exclusão dessa força vital se faz necessária para manter os princípios morais e a ordem. Ainda que essa exclusão continue excluindo os já excluídos, os marginalizados, os desvalidos, os miseráveis que são obrigados a dissociar a sexualidade de todas as outras áreas essenciais de suas vidas.

Na foto abaixo observa-se essa dissociação, enquanto uma mulher em situação de rua dorme com seu filho numa rede armada por um fio embaixo de uma banca de revista em praça pública. Essa sociedade medíocre e conservadora visualiza apenas a criança como

fruto de um pecado que poderia ter sido evitado se essa mulher não tivesse uma vida sexual ativa.

Figura 32 – Mulher e criança em situação de rua, dormindo “por um fio” em meio à praça do Ferreira



Fonte: Dorian Girão/ Jornal Jangadeiro (2021).

Esse mesmo conservadorismo que nos culpabiliza pela maternidade se contradiz, ao fomentar violentamente a exigência da comprovação da masculinidade, da virilidade e da fertilidade dos homens ao engravidarem as mulheres, e nos coloca na posição de mera reprodutoras, deixando de sermos vistas como geradoras de vidas.

Essa mulher, assim como tantas outras, poderia estar nos espaços de acolhimento se não fossem as regras de controle dos corpos, as imposições relacionadas aos filhos menores, a vida afetiva e as manifestações da sexualidade. Essas questões ainda são determinantes para impor regras de banimento dentro dos equipamentos para a população em situação de rua que são verdadeiras esferas de controle da vida das mulheres e que as inserem em universos de subordinações e sujeições constantes.

4.2 A exposição do corpo da mulher e das manifestações da sexualidade

As ruas são contextualizadas por diversas violações que oprimem principalmente as mulheres, geralmente explicadas como sendo sintomas do barbarismo intrínseco à população em situação de rua. E quando o assunto é o corpo da mulher, a vida afetiva e a sexualidade, as violências se agravam. Para retratar esse ódio dos homens ao corpo feminino ao longo da história e que reconhecemos como misoginia, recorro ao aporte teórico Hooks (2020a, p. 59):

O tratamento brutal de mulheres negras escravizadas por homens brancos expôs a intensidade do ódio de homem à mulher e ao corpo da mulher. Tal tratamento foi uma consequência direta de comportamentos misóginos direcionados às mulheres que prevaleciam na sociedade estadunidense do período colonial. Na educação fundamentalista cristã, a mulher era representada como uma sedutora má, aquela que trouxe o pecado ao mundo. A luxúria sexual se iniciou com ela; homens foram meramente vítimas de seu poder devasso. A socialização dos homens brancos para considerar as mulheres a sua queda moral levou a desenvolver sentimentos antimulher.

Todo esse ódio veemente não justifica as perversões dos misóginos contra o corpo das mulheres, mas são friamente asseguradas com muita frequência pela opinião pública e pelas leis que ainda são aplicadas por homens machistas e sexistas, deixando as mulheres cada vez mais desprotegidas e tornando-as presas fáceis de homens inescrupulosos, do sexismo institucionalizado e do terrorismo estrutural que tem como finalidade impulsionar a colonialidade de gênero através da desmoralização, da desumanização e da submissão das mulheres.

Contudo, não se pode isentar a religiosidade, ela também tem contribuído de forma crucial na formação de homens machistas e misóginos e que através de seus atos opressores culpabiliza o corpo feminino pela luxúria sexual, desvalorizando-o e punindo-o apenas pela sua condição de mulher. É seguro afirmar que em meio a milhares de formas de opressão, a mais comum é a forma de oprimir as mulheres despindo seu corpo; a nudez da mulher serve como um constante lembrete de sua vulnerabilidade sexual. O estupro é um método comum de tortura usado pelos opressores para subjugar mulheres recalcitrantes. Nós mulheres recebemos a pior parte dessa violência porque podemos ser vitimizadas pela sexualidade (HOOKS, 2020a).

Figura 33 – Mulher em situação de rua dormindo na Praça do Ferreira



Fonte: Freire (2017).

Fotografar corpos femininos e feminilizados em condições de precariedade e vulnerabilidade é devastador. Ao me deparar com essa mulher dormindo sobre um colchão velho em meio à praça do Ferreira, para mim, o coração da cidade de Fortaleza mostrou-se adoecido, cansado, batendo à toa, visto que nem precisa um olhar muito atencioso para perceber o quanto o corpo feminino está exposto a violações, às mazelas da extrema pobreza, à marginalidade e às vulnerabilidades. Em meio a tantos temores, a lente da câmera também registrou um certo cuidado, uma preocupação em esconder o corpo dos olhares indesejosos.

Com um simples pedaço de pano velho, constrói-se uma cortina, uma parede talvez, não sei bem ao certo a sensação de proteção sentida por aquela mulher que tenta evitar a exposição da nudez que desmoraliza e vulnerabiliza ainda mais quem já sobrevive subjulgada pelos preconceitos e pela moralidade.

Diante dessa cadeia de exposições e adversidades enfrentadas pelas mulheres em situação de rua, busco conhecer com mais tenacidade as que estão relacionadas ao corpo e à sexualidade, mesmo sabendo que esse é um assunto delicado, que preciso adentrar paulatinamente nos ambientes em que elas se encontram e especialmente nas suas individualidades.

Conversar com as mulheres sobre as manifestações dos desejos, a vida afetiva e a sexualidade, diretamente nos espaços das ruas, ainda é muito complicado, preciso iniciar com uma abordagem indireta, que não aparente nenhuma intenção, até que eu perceba o momento ideal para incluir tais assuntos. Quando inicio a conversa sobre sexualidade, algumas dão risadas, outras ficam com vergonha de falar, outras silenciam, e quando decidem

falar as palavras me parecem cuidadosamente elaboradas. Bell (25 anos) é uma jovem mulher trans que sobrevive nas ruas há mais de cinco anos e que resolveu contar para mim sua trajetória nas ruas,

Porque na rua você não tem nem onde tomar um banho, você acorda querendo tomar um banho, querendo comer e nem todo dia você consegue, mas... Então as outras travesti já estavam na rua foram me ajudando, foram me explicado como é morar na rua. Teve uma que chegou pra mim e disse assim: bixa vem cá que tu vai ficar comigo. Eu vou te ensinar a morar na rua, ela se chamava Madalena e vivia no terminal do Papicu. Ela foi me ajudando e eu fui desenvolvendo mais, aprendendo o que era a rua e tô na rua até hoje. E eu fui parar no Centro, em específico na praça do Ferreira não foi por acaso, eu fui até lá a procura de um cara e de repente eu vi aquele movimento e como eu já vivia na rua, mas eu não conhecia aquele local eu fiquei uma noite pra ver como era e não quis sair mais. No Ferreira eu fui bem acolhida, mas eu também fui espancada. Os motivos sei lá... Ciúmes, inveja. Não é me gabando, mas tudo que eu peço a Deus ele me dá. Eu peço força, coragem a ele cada dia que se passa pra enfrentar o dia. E no caso, quem me agrediu foram as outras mulheres, eu nunca tive atrito com outras travestis. E o que motivou a agressão e eu não tenho nem dúvida foi ciúme dos boys (risos)! Depois desse conflito eu fui em busca de outro lugar para dormir, pois eu não me sentia mais segura dormindo no Ferreira e foi aí, que eu conheci a pousada social. Na pousada a minha convivência com as mulheres e as outras travestis foi melhor do que qualquer outra coisa, mas com os homens bombou (risos).

Percebo que não existe insegurança relacionada à minha pessoa, é a vergonha de contar sobre algo tão íntimo e doloroso devido às condições de pobreza extrema a que elas ficam expostas. A exposição da vida sexual, o desprezo de alguns parceiros depois das transas e a falta de higiene pessoal depois das relações sexuais são circunstâncias duramente enfrentadas pelas mulheres, obrigando-as a elaborarem estratégias para sobreviverem em meio ao desamparo e à precariedade.

Após alguns minutos de prosa, o clima fica tenso e de forma muito cuidadosa reinsiro outras questões, para amenizar o temporal que se constrói quando os sorrisos desaparecem ao relatarem suas amarguras. Em questão de segundos predomina o silêncio absurdamente ensurdecedor, acompanhado de “lágrimas que cabem em um olho, mas pesam uma tonelada” (parafrazeando Racionais Mc’s). Confesso que bem mais difícil que fazê-las falar, é ouvi-las sem sentir um desconforto na minha alma de mulher periférica, militante e feminista. E mesmo sendo arrastada por esse furacão, preciso manter meus pés fixados na neutralidade exigida pela domesticação acadêmica.

Para exemplificar mais uma das minhas angústias, compartilharei a narrativa de Simone, 38 anos, mulher em situação de rua que, cansada de ser violentada dentro do seu próprio lar, incendiou o corpo do seu marido enquanto ele dormia dentro da sua residência e após o crime, arrependeu-se e resolveu socorrê-lo para o hospital. E ao perceber que a sua

versão de acidente doméstico não havia convencido a equipe médica e nem os familiares da vítima, ela ficou com receio de ser presa e foi parar nas ruas, local onde sobrevive há mais de 10 anos. O relato de Simone, 38 anos, sobre a higiene íntima das mulheres em situação de rua, é dilacerador, pois somente quem é “frieza” sai com o coração sem sangrar depois de descobrir que algo tão necessário e básico passa a ser privilégio para elas, em suas palavras:

Nas noites que a gente vai ficar né, a gente enche uma garrafa pet de água e guarda pra gente se lavar depois que rola, se tiver sabonete a gente usa, se não, a gente se lava só com água mermo e se enxuga na roupa mermo e pronto. Ou então a gente vai dormir e só toma baim de manhã no centro Pop, não é bom não, a gente dormir toda melada, às vezes a gente também passa só um pano, um pedaço de papel e pronto, vai dormir. A gente se sente humilhada, mas depois se acostuma, ou então tem que ter muita sorte para conseguir um cara pra pagar motel toda noite né fia, aí é muito privilégio tomar banho depois de fazer aquelas coisas e dormir numa cama.

É inimaginável a sujeição constante, é inaceitável essa condição de “normalidade” que obriga uma mulher a fazer sua higiene íntima com dois litros de água reservados numa garrafa descartável. Sem os cuidados básicos, sem o uso de sabão ou qualquer outro produto de higiene íntima. Porém, esse lhes parece o menor dos problemas diante dos agravantes a que elas são submetidas. Já nas palavras de Judith, 29 anos, é possível confirmar o quanto é sofrido transar nas calçadas ao lado de seus pares e conter os prazeres:

Mulher, a gente se enrola nos panos, todo mundo sabe quando vai rolar, eles ver a gente no chamego e fingem que tão durmino e a gente tenta não fazer zuada, nada de gemer né bicha? Porque num tem isso não, rola mesmo com todo mundo do lado. É bom mesmo é dia de chuva com trovão, quando tem barulho de festa que a gente aproveita pra dar umas gemidinhas (risos), mas o pior é que tem que ficar olhando se vem alguém, e tem que ser tudo rápido.

Para além dessas exposições e privações dos sentimentos, as mulheres revelaram que também temem serem flagradas pela polícia e por outros grupos rivais da população em situação de rua, já que ambos poderiam não apenas intimidar ou interditar a atividade sexual do casal, mas usar da violência para punir o ato libidinoso.

O banimento dos desejos e dos prazeres das mulheres durante o ato sexual já faz parte da normalidade imposta pelas conjunturas que naturalizam a privação dos sussuros, subjulga as carícias mais picantes, ridiculariza as fantasias, demoniza a erotização e as suas subjetividades que propiciam os sentimentos de satisfação e completude.

Porque assim como no resto da sociedade, o sexo é sujo, é pecaminoso, é imoral, e por vez, resume-se a rápidas penetrações, que segundo o campo moral tem como objetivo

a reprodução. Para Foucault (1984), fazer da sexualidade um invariante e supor que, nas suas manifestações, ela assume formas historicamente singulares, é porque os efeitos dos mais diversos mecanismos de repressão em que ela se encontra exposta em toda sociedade excluiu do campo histórico o desejo e o sujeito do desejo.

Sendo assim, fica bem claro porque as mulheres enquanto sujeito de desejos são excluídas do campo histórico, passando a ter seus sentimentos reprimidos e ignorados. Agora podemos compreender porque fomos ensinadas a demonizar o desejo e a reconhecê-lo como um sinal de inferioridade feminina (LORDE, 2021).

Entretanto enquanto houver mulheres cheias de inquietudes, desconfiando de tais verdades, certamente buscarão descobrir quais os reais motivos desses controles sobre nossos corpos e dessa demonização da nossa sexualidade. E obviamente não desanimarão até descobrirem todas as facetas dessa sociedade medíocre, pena que pouquíssimas mulheres terão acesso à verdade. Sendo assim, precisaremos tomar como exemplo as lutas das nossas antecessoras e ousarmos conscientizar as mulheres até que elas compreendam a frase: “meu corpo, minhas regras”, independentemente delas estarem ou não em situação de realização.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sobrevivência nas ruas com certeza é o maior desafio para as mulheres que em meio às múltiplas vulnerabilidades ainda enfrentam as opressões de gênero. Para garantir tal feito é necessário um conjunto de estratégias conectadas aos saberes locais que são elaborados em meio às situações limites.

E para compreender tais estratégias encontradas por esse público em situação de rua e com o intuito de garantir o próprio existir e se proteger das violências aglutinadas ao corpo e à sexualidade, foi necessário chegar bem perto da margem e porque não dizer das marginalizadas, das miseráveis, das noiadas, das vagabundas, das egressas, das biscateiras, das pirangueiras, das putas, das lésbicas, das travas, das mulheres em situação de rua?

Os resultados da pesquisa ora realizada demonstraram a relevância de compreender como as vidas das mulheres são impactadas pela banalização de seus corpos, pelo banimento da sexualidade e principalmente pela exposição da sua vida sexual, tudo em nome de uma falsa ordem e moralidade encrostada no campo público, privado e religioso e que se institucionalizou com o consentimento dos poderes públicos nos espaços de acolhimento especializados para a Pop Rua. Por conseguinte, as mulheres ainda revelaram que percebem o verdadeiro propósito do poder punitivo das instituições: regular os corpos e a sexualidade, dissociando-a de outras áreas vitais de suas vidas e inserindo-as numa ciranda de delinquências e castigos, expondo suas vidas às brutalidades das ruas.

Também percebe-se com inigualável nitidez o quanto essas vidas são ignoradas em sua completude pelos programas de Assistência Social e Saúde, tornando-se necessária a implementação de novas políticas públicas e projetos de lei que garantam um atendimento específico, atentando-se à singularidade social das mulheres em situação de rua. Como exemplificação, tomou-se o projeto de lei (PL 4968/19) da Deputada Marília Arraes (PT-PE) que garante a distribuição gratuita de absorventes higiênicos para as estudantes de baixa renda de escolas públicas, para as mulheres em situação de vulnerabilidades e para as presidiárias; uma alternativa para combater a pobreza menstrual que vem atingindo milhares de mulheres e pessoas com úteros.

Inclusive, esteve ao alcance da nossa compreensão que em meio a tantas mazelas, o corpo feminino e feminilizado permanece mantendo suas elementares necessidades vitais, aflorando os desejos e ansiando por prazeres; e não podemos permitir que sejam ignorados ou solucionados com a imposição da abstinência ou outros atos de violências. Nessa

sociedade que abona apenas os homens, a nossa luta enquanto mulher é “gozarmos” do nosso corpo e das nossas próprias regras.

Porém, faz-se necessário destacar, nesse trabalho, em diversos pontos, os desafios contemporâneos, não apenas dessa população, mas os meus desafios e de tantos outros pesquisadores que também direcionaram seus instrumentos de pesquisas e inquietações para o enfrentamento da pandemia de coronavírus (COVID-19).

Em tempos de pandemia, em que todo o mundo precisou elaborar estratégias de isolamento social para sobreviver a um inimigo invisível e mortal, nós pesquisadores etnográficos precisamos nos reinventar, e embora tenhamos nos esforçado para manter as nossas visitas de campo, elas ficaram limitadas ao tempo e ao espaço. O tempo de esperar por uma vacina e o espaço que estivesse liberado para reunir uma certa quantidade de pessoas, evitando aglomerações, possuindo minimamente as garantias exigidas pela Organização Mundial de Saúde. Esses dois fatores me afastaram durante um ano e alguns meses do público pesquisado, o uso de máscaras e equipamentos de proteção não eram suficientes para evitar o contágio e a disseminação da doença.

Durante todo esse longo e fatídico período de quase dois anos, entre os anos de 2020 e meados de 2021 me deparei com situações-limite de extrema pobreza e abandono, situações de solidariedade e acolhimento e as incontáveis dificuldades para me aproximar do público específico e tratar de assuntos tão delicados como corpo e sexualidade, enquanto a prioridade da população em situação de rua era simplesmente sobreviver a esse vírus implacável.

Compreendi que durante a pandemia o mais importante era não sucumbir como os mais de 600 mil brasileiros que não tiveram a oportunidade de receber a vacina, e seguir paulatinamente realizando essa pesquisa dentro das possibilidades encontradas em meio a tantas limitações.

Para isso, precisei juntamente com meu orientador recorrer a novas metodologias para dar continuidade a esse trabalho que é apenas um pontapé inicial para novos estudos, tendo em vista que essa temática ainda é considerada ousada no campo das pesquisas educacionais.

Desse modo, espera-se que este trabalho auxilie em novas construções nas mais diversas áreas de pesquisas, sobretudo no campo da Educação, que desenvolve importantes trabalhos nos espaços não escolares, partindo de tais concepções, de vários pontos ou de lugares aqui abordados, potencializando as mulheres em situação de rua e formalizando as

suas problemáticas ligadas ao desprezo do corpo e da sexualidade e possivelmente desenvolvendo subsídios que colaborem com a equidade de gênero.

REFERÊNCIAS

- ABOIM, S. Do público e do privado: uma perspectiva de gênero sobre uma dicotomia moderna. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 95-117, jan./abril. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2012000100006/21853>. Acesso em: 12 out. 2021.
- ANTONI, C.; MUNHÓS, R.; ASSMANN, A. As violências institucional e estrutural vivenciadas por moradores de rua. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 21, n. 4, p. 641-651, out./dez. 2016.
- ARRETCHE, M. **Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização**. São Paulo: Fapesp, 2000.
- BRASIL. Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 2009. Seção 1, p. 16.
- BRONFENBRENNER, U. **Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando seus humanos mais humanos**. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- BUTLER, J. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- DAMATTA, R. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- FRANGELLA, S. M. **Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de uma rua em São Paulo**. Campinas: Fapesp, 2004.
- FRANGELLA, S. Prefácio. In: RUI, T. **Novas faces da vida nas ruas**. São Paulo: EdUFScar, 2016.
- GEERTZ, C. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.
- GOELLNER, S. V. A produção cultural do corpo. In: LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. **Corpo, gênero e sexualidade**. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 191.

HOOKS, B. **E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020a.

HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020b.

KLAUMANN, A. D. **Moradores de rua - um enfoque histórico e socioassistencial da população em situação de rua no Brasil**: a realidade do centro pop de Rio do Sul/SC. 2016. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploa2016ds//02/Alex>. Acesso em: 20 set. 2021.

LORDE, A. **Irmã Outsider**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

LORDE, A. **Uses of the Erotic: the erotic as power**. New York: The Crossing Press Feminist Series, 1984. 53-59 p.

LOURO, G. L. **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

OLIVEIRA, L. F. A construção das “populações-alvo” nas políticas públicas; o caso dos moradores de rua em São Carlos. *In*: RUI, T.; MARTINEZ, M.; FELTRAN, G. **Novas faces da vida nas ruas**. São Paulo: EdUFSCar, 2016.

PAULINO, N. População em situação de rua cresce na pandemia. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 29 jun. 2020. Metro, p. 11. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/populacao-em-situacao-de-rua-cresce-durante-pandemia-1.2960887>. Acesso em: 20 jan. 2021.

PEREIRA, L. F. No labirinto da gestão; desdobramento do processo de institucionalização e transformação de moradores de rua em “usuários” dos serviços de Assistência Social. *In*: RUI, T.; MARTINEZ, M.; FELTRAN, G. **Novas faces da vida nas ruas**. São Paulo: EdUFSCar, 2016.

PEREIRA, L. M. Algumas reflexões sobre histórias de vida, biografias e autobiografias. **História Oral**, [s.l.], v. 3, n. 11, p. 117, 2000.

PEREIRA, P. P. As estruturas elementares da violência. **Cad. Pagu**, online, n. 29, p. 459-468, abr. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332007000200018>. Acesso em: 23 out. 2021.

PRATES, J. C.; PRATES, F. C.; MACHADO, S. Populações em situação de rua: os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento. **Temporalis**, Brasília, ano 11, n. 22, p.191-215, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/g960541146j1n9YXCD3U.pdf>. Acesso em: 24 out. 2021.

PRIORE, M. D. **Corpo a corpo com a mulher**: pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

QUIROGA, J.; NOVO, M. Elas da Rua: população em situação de rua e a questão de gênero. In: CUNHA, J. V.; RODRIGUES, M. **Rua aprendendo a conta**: pesquisa nacional sobre a população em situação de rua. Brasília: MDS, 2009.

SANCHOTENE, I. P.; ANTONI, C.; MUNHÓS, A. A. Maria, Maria: concepções sobre ser mulher em situação de rua. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 146-160, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/29297/18804>. Acesso em: 22 set. 2021.

SANTOS, C. M.; IZUMINO, W. P. Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil. **Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe**, [s.l.], v. 16, n. 1, p. 147-164, 2015.

SEGATO, R. L. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **e-cadernos ces.**, [s.l.], n. 18, p. 106-131, 2012.

TIBURI, M. **Feminismo em comum**: para todas, todes e todos. 6. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

VASCONCELOS, J. G.; MAGALHÃES JÚNIOR, A. G. **Memórias no plural**. Fortaleza: LCR, 2001. 138 p.

VIEIRA, M. A.; ROSA, C. M. **População em situação de rua**: quem é, como vive, como é vista. São Paulo: Hucitec, 1992.

GLOSSÁRIO

- **Bocada**: ambiente utilizado para o comércio de drogas.
- **Boca de fumo**: local de venda de drogas.
- **Bruxar**: fazer uso de crack de forma abusiva.
- **Corre**: trabalho informal, atividades ilícitas.
- **Disdobro**: argumento.
- **Duzentão**: estuprador.
- **Fechou**: combinado.
- **Frieza**: destemido.
- **Manguear**: ato realizado por pedintes no intuito de ganhar esmolas.
- **Pancadas**: fumar crack na lata.
- **Passar o trem**: ato de linchamento.
- **Não se cria**: não sobrevive.